



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014



DGTF, janeiro de 2016

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	
1. Análise do contexto	5
2. Moldura institucional	5
CAPÍTULO II – AUTO-AVALIAÇÃO	8
1. Avaliação do cumprimento dos objetivos	8
1.1. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização	8
1.2. Análise do QUAR	10
1.3 Avaliação do Plano de Atividades	15
2. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	16
3. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	16
4. Desempenho comparativo/Avaliação	18
4.1.Avaliação interna – Inquérito de satisfação utilizadores TIC	18
5. Atividades desenvolvidas	21
CAPÍTULO III – RECURSOS ENVOLVIDOS	21
1. Afetação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	21
1.1 Alocação de recursos humanos e formação.....	21
1.2 Balanço social	22
1.3 Alocação de recursos materiais e financeiros	23
CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO FINAL	24

ANEXOS

- I. OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS**
- II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**
- III. BALANÇO SOCIAL**
- IV. ACRONÍMIA**

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório de Atividades evidencia a atividade desenvolvida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) durante o ano de 2014 e os resultados alcançados, através da identificação dos meios e dos recursos disponíveis para o efeito, em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, no artigo 15º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Assim, o Relatório de Atividades é um imprescindível instrumento de gestão e constitui um meio privilegiado de divulgação dos resultados alcançados ao longo do ciclo de gestão de 2014, que contou com a participação de todas as unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar que a integram e foi elaborado de acordo com as linhas de orientação gerais estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços – Rede do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) -Documento Técnico n.º 1/2010.

Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o presente Relatório presta contas dos resultados alcançados em 2014 no âmbito do respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o que a DGTF considera como um importante instrumento de gestão estratégica que, para além de servir de apoio ao planeamento, controlo e avaliação, serve também de guia de orientação para uma permanente procura da melhoria contínua dos procedimentos e da qualidade do serviço público prestado.

Enquanto serviço central da administração direta do Estado, a DGTF norteou a sua atuação de acordo com as políticas definidas no Programa do Governo, nas Grandes Opções do Plano para 2014 (GOP), no Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014 (PEC) e, em particular, na Lei do Orçamento do Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), e no Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril).

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

1. Análise do contexto

À semelhança dos anos anteriores, a atividade desenvolvida pela DGTF em 2014, que se encontra alinhada com a missão e as atribuições que lhe estão cometidos no Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, teve em conta o contexto global e o ambiente externo, em especial no que respeita ao esforço de consolidação orçamental com que todos os serviços e organismos da Administração Pública ainda se defrontam e às opções de gestão financeira adotadas para o desempenho dos organismos públicos, conducentes a uma crescente racionalização dos recursos, sem prejuízo dos elevados padrões de rigor e contenção na realização da despesa pelos quais se pautou.

Nesta esteira, e no seguimento dos anos anteriores, 2014 foi igualmente um ano caracterizado pela adoção de um conjunto de medidas indispensáveis à necessária contenção de custos, quer ao nível da Administração Central, quer ao nível do Sector Empresarial do Estado (SEE), o que condiciona, como é natural, o normal funcionamento das organizações, exigindo destas um esforço suplementar para responder às inúmeras dificuldades decorrentes.

Sublinha-se o facto de os objetivos do QUAR e a restante atividade da DGTF terem sido alcançados com a utilização de recursos humanos aquém do planeado e de aquele instrumento ter sido preparado num contexto de mudanças orgânicas internas decorrentes da entrada em vigor da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que determina a estrutura nuclear da DGTF, e do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, bem como do Despacho n.º 9850/2014, de 31 de julho, que criaram as unidades orgânicas flexíveis desta Direção-Geral, com alterações significativas ao nível do organograma.

Assim, a atividade da DGTF durante o ano de 2014 foi amplamente marcada pela implementação da nova lei orgânica e pela consequente reestruturação e reorganização funcional a nível interno, sem prejuízo da sua atuação transversal a toda a economia.

Por fim, é de salientar que, ao longo do ano, teve lugar a monitorização do QUAR, procedimento que permitiu identificar desvios e vulnerabilidades, bem como desenvolver ações para a criação de medidas corretivas com vista a uma melhoria progressiva dos resultados, de forma a evidenciar as respetivas potencialidades.

2. Moldura institucional

Missão, visão e valores

A **missão** da DGTF, consagrada na respetiva Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho), consiste em assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do setor público administrativo e empresarial e da função acionista e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público, nos termos da lei.

No que concerne à sua **visão**, a DGTF pretende ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados, criando valor na gestão de ativos do Estado.

Para realizar a sua missão, a DGTF tem por referência os seguintes **valores**:

- **Rigor** – Regula a sua atuação com vista a alcançar elevados *standards* de racionalização de recursos e qualidade dos serviços prestados, por via da introdução de práticas de desburocratização, simplificação, agilização e inovação de procedimentos;

- **Coesão** – Age de forma a criar empatia entre os elementos das equipas, promovendo a entreajuda, a responsabilidade, a solidariedade e a participação de todos em prol dos objetivos comuns;
- **Parcerias** – Age em cooperação e parceria com outras entidades com vista à partilha de informação e à obtenção de sinergias;
- **Responsabilidade** – Atua com total respeito pelas exigências decorrentes do seu posicionamento na Administração Financeira do Estado, tendo como imperativo o estrito cumprimento da lei, suportado por elevados padrões de ética, integridade, equidade e independência;
- **Transparência** – Atua de acordo com procedimentos, critérios e canais de divulgação de informação que assegurem uma prestação de contas clara e acessível.

Sublinha-se que, atendendo à importância que o conhecimento da missão, visão e valores assumem, quer para os trabalhadores, quer para os *stakeholders* da Organização, esta informação encontra-se disponível no portal da DGTF.

Atribuições

Para realizar a sua missão, a DGTF:

- Controla a emissão e circulação da moeda metálica;
- Administra a carteira de participações do Estado;
- Assegura o estudo, acompanhamento e intervenção nas matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público, administrativo e empresarial e ao exercício da função acionista do Estado, nos planos interno e internacional;
- Concede subsídios, indemnizações compensatórias e bonificações de juros e avalia os resultados da política de apoios financeiros do Estado;
- Efetua e controla as operações ativas, a nível interno e internacional;
- Assegura o processo de concessão de garantias do Estado e administra a dívida pública acessória;
- Assegura a gestão financeira de patrimónios autónomos;
- Presta apoio técnico à participação portuguesa nos assuntos relacionados com a União Económica e Monetária e assegura a representação técnica do MF em organizações europeias e internacionais em matéria financeira, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica do GPEARI do MF;
- Adquire, arrenda, administra e aliena, direta ou indiretamente, os ativos patrimoniais imobiliários do Estado, bem como intervém em atos de gestão de bens;
- Assegura a assunção de passivos de entidades ou organismos do sector público e a regularização de responsabilidades financeiras do Estado ou resultantes de situações do passado;
- Promove a recuperação de créditos decorrentes das operações de intervenção financeira.

Princípios Orientadores da Atividade da DGTF

No desenvolvimento da sua atividade, a DGTF rege-se pelo conjunto de princípios enquadradores da atuação da Administração Pública, especialmente os que emanam da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo, não descurando mecanismos regulamentares de atuação com terceiros e na relação destes com seus trabalhadores, como o sejam o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta da DGTF.

A DGTF pauta-se, igualmente, por um conjunto de princípios caracterizadores da atividade da Administração Pública moderna, como sejam, a aproximação da sua atividade dos seus *stakeholders*, a normalização dos

processos e procedimentos, a qualificação dos recursos humanos e a promoção de uma cultura de gestão por objetivos, os quais constituem fatores críticos de sucesso das estratégias de atuação delineadas.

Ademais, a DGTF norteia a sua atuação pela modernização estrutural e aumento da produtividade, desiderato fomentado através da promoção da gestão por objetivos, da renovação tecnológica, da simplificação de procedimentos, da desburocratização e da racionalização de meios e recursos, tendo sempre como referência os princípios e os objetivos inerentes à própria missão do MF, espelhada na respetiva Lei Orgânica, como sejam a gestão racional e a valorização dos recursos públicos, designadamente recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais, a eficiência e equidade na sua obtenção e gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão.

Ainda neste âmbito, importa não esquecer os princípios inerentes à gestão dos ativos financeiros do Estado, enquanto função central desenvolvida pela DGTF, tendo em vista alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, conseqüentemente, proporcionar um reforço da eficácia e do rigor.

Estrutura Orgânica

À data a que se reporta o presente Relatório, a orgânica da DGTF consta do Decreto-Lei n.º 156/2012, de 18 de julho, bem como da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, que determina a respetiva estrutura nuclear, e do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, bem como do Despacho n.º 9850/2014, de 31 de julho, que criam as unidades orgânicas flexíveis.

Assim, nos termos do artigo 1.º da mencionada Portaria n.º 229/2013, a estrutura nuclear da DGTF é a seguinte:

- a) Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE);
- b) Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF);
- c) Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO);
- d) Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP);
- e) Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património (DSAVP);
- f) Direção de Serviços de Regularizações Financeiras (DSRF);
- g) Gabinete de Apoio e Coordenação do Sector Empresarial do Estado (GACSE);
- h) Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação (DSJC).

Nesta conformidade, esquematicamente, a estrutura orgânica da DGTF apresentou-se, durante o ano de 2014, conforme organograma a seguir indicado:

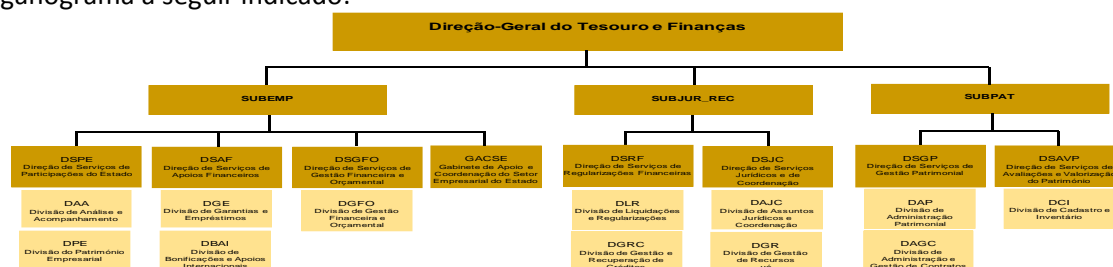


Figura 1 – Organograma da DGTF

CAPÍTULO II - AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação da DGTf, que ora se apresenta, começa por evidenciar o grau de cumprimento do QUAR, enquanto expressão mais marcante do seu desempenho no ano em referência, seguindo-se-lhe a identificação dos resultados alcançados ao nível dos objetivos das unidades orgânicas e estrutura multidisciplinar, assumidos no Plano de Atividades e cujas fichas constam em anexo, após o que são enunciados os demais elementos relevantes para autoavaliação, designadamente, à luz do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

1.1 QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

No topo dos instrumentos previsionais de gestão da DGTf encontra-se o QUAR, cujo grau de cumprimento dos respetivos objetivos estratégicos e operacionais importa evidenciar.

Assim temos:

QUAR											
Quadro de Avaliação e Responsabilização											
2014											
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS											
Organismo											
MISSÃO:	Assegurar a efetivação das operações de intervenção financeira do Estado, acompanhar as matérias respeitantes ao exercício da tutela financeira do sector público administrativo e empresarial e da função acionista do Estado e assegurar a gestão integrada do património do Estado, bem como a intervenção em operações patrimoniais do sector público.										
Objetivos Estratégicos											
OE 1.	Orientar a atividade da DGTf para o processo de consolidação das finanças públicas										
OE 2.	Melhorar a gestão dos ativos financeiros e patrimoniais do Estado no âmbito da intervenção da DGTf										
OE 3.	Melhorar a qualidade da informação produzida pela DGTf										
Objetivos Operacionais											
EFICÁCIA											
Ponderação:										50%	
O1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público										Peso:	40%
INDICADORES	2011	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND1. Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2014	102,3	9,8	13,7	7,0	0,5	355	45%	10,7	100%	Superou	
IND2. Valor efetivo de rendas recebidas (Milhões de Euros)	0,621	0,7	0,8	0,75	0,05	1	55%	0,82	107%	Superou	
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas										Peso:	45%
INDICADORES	2011	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND3. N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas que integram a carteira de participações do Estado (carteira principal) das medidas definidas no âmbito do processo de reestruturação do SEE	n.d.	n.d.	n.d.	300	0	375	30%	322	107%	Superou	
IND4. N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas detidas ou participadas pelo Estado (carteira principal), das obrigações de reporte de informação através do SIRIEF	n.d.	n.d.	n.d.	300	0	375	30%	324	108%	Superou	
IND5. N.º médio de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas	1,4	2,1	1,9	1,5	0,2	2,1	20%	1,9	117%	Superou	
IND6. Grau de incremento (%) do número de processos de autorização de endividamento tratados, tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro de 2013	n.d.	n.d.	n.d.	10%	5,0%	100%	20%	130%	133%	Superou	
O3. Acompanhar os processos relacionados com a promoção das exportações nacionais										Peso:	15%
IND7. Participação em reuniões internacionais, nomeadamente, em matéria de créditos à exportação	n.d.	n.d.	n.d.	12	1	15	100%	12	100%	Atingiu	
EFICIÊNCIA											
O4. Aumentar o número de reportes informativos a apresentar ao Governo sobre o SEE										Ponderação:	30%
										Peso:	50%
INDICADORES	2011	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND8. N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento do Plano de Redução de Custos pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal)	n.d.	n.d.	n.d.	3	0	4	35%	3	100%	Atingiu	
IND9. N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento da UTE pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal)	n.d.	n.d.	n.d.	3	0	4	35%	3	100%	Atingiu	
IND10. Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE	n.d.	n.d.	6,9	6,8	0,1	5,1	30%	6,8	100%	Atingiu	

05. Promover a gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado										Peso:	30%
INDICADORES	2011	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND11. Grau de cumprimento (%) da realização de informações produzidas sobre avaliação de imóveis para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento	n.d.	80%	90%	90%	5,0%	100%	100%	88%	100%	Atingiu	
06. Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade										Peso:	20%
INDICADORES	2012	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND12. % global de registos de ocupações de imóveis do Estado, sujeitas ao princípio de onerosidade, monitorizados e validados no SIIE tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro do ano anterior	n.d.	n.d.	96%	50%	10%	96%	100%	80%	116%	Superou	
QUALIDADE									Ponderação:	20%	
07. Melhorar a qualidade da prestação de serviços										Peso:	100%
INDICADORES	2011	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores do SIRIEF na prestação de esclarecimento (escala de 1 a 4)	n.d.	n.d.	n.d.	2,5	0,1	4	100%	3,2	112%	Superou	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
		Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA		50%	54,1%	108,2%	Superou		
O1. Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público		40%	41,6%	104,0%	Superou	0,20	R
O2. Garantir o acompanhamento das empresas públicas		45%	51,6%	114,6%	Superou	0,23	R
O3. Acompanhar os processos relacionados com a promoção das exportações nacionais		15%	15,0%	100,0%	Atingiu	0,08	
EFICIÊNCIA		30%	31,0%	103,3%	Superou		
O4. Aumentar o número de reportes informativos a apresentar ao Governo sobre o SEE		50%	50,0%	100,0%	Atingiu	0,15	R
O5. Promover a gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado		30%	30,0%	100,0%	Atingiu	0,09	
O6. Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade		20%	23,3%	116,3%	Superou	0,06	
QUALIDADE		20%	22,3%	111,7%	Superou		
O7. Melhorar a qualidade da prestação de serviços		100%	112%	111,7%	Superou	0,20	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL		100%	107,4%	107,4%		1,00	0,78

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
IND1. Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31.12.2014	Mapa de Alienações	Melhor resultado obtido até à data relativamente a este indicador e que corresponde ao resultado alcançado em 2010.
IND2. Valor efetivo de rendas recebidas (Milhões de Euros)	Mapa de Controlo de Receitas	Valor que se pretende atingir a médio prazo
IND3. N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas que integram a carteira de participações do Estado (carteira principal) das medidas definidas no âmbito do processo de reestruturação do SEE	SIRIEF (Sistema de Informação e Recolha de Indicadores Económicos e Financeiros) do SEE (Sector Empresarial do Estado) e ficheiros de controlo	Sendo um novo indicador sem histórico antecedente, por convenção, aplicou-se uma taxa de realização de 125% a qual determinou o valor crítico identificado
IND4. N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas detidas ou participadas pelo Estado (carteira principal), das obrigações de reporte de informação através do SIRIEF	SIRIEF (Sistema de Informação e Recolha de Indicadores Económicos e Financeiros) do SEE (Sector Empresarial do Estado) e ficheiros de controlo	Sendo um novo indicador sem histórico antecedente, por convenção, aplicou-se uma taxa de realização de 125% a qual determinou o valor crítico identificado
IND5. N.º médio de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas	Sistema Documental WEBTRIX	Melhor resultado obtido até à data relativamente a este indicador e que corresponde ao resultado alcançado em 2012.
IND6. Grau de incremento (%) do número de processos de autorização de endividamento tratados, tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro de 2013	Ficheiros de controlo, Sistema de Correio Eletrónico e Sistema Documental WEBTRIX	100%, correspondendo a um resultado histórico, expresso em n.º de processos tratados, alcançado em 2013 e igual a 47.
IND7. Participação em reuniões internacionais, nomeadamente, em matéria de créditos à exportação	Lista de Delegações Representadas (OCDE) e Ficheiro Controlo/Arquivo	N.º médio de reuniões asseguradas nos últimos três anos
IND8. N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento do Plano de Redução de Custos pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal)	Ficheiros de controlo, Sistema de Correio Eletrónico e WEBTRIX	Sendo um novo indicador sem histórico antecedente, por convenção, aplicou-se uma taxa de realização de 125% a qual determinou o valor crítico identificado
IND9. N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento da UTE pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal)	Ficheiros de controlo, Sistema de Correio Eletrónico e WEBTRIX	Sendo um novo indicador sem histórico antecedente, por convenção, aplicou-se uma taxa de realização de 125% a qual determinou o valor crítico identificado
IND10. Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE	Sistema de Correio Eletrónico e Sistema Documental WEBTRIX	Valor que se pretende atingir a médio prazo
IND11. Grau de cumprimento (%) da realização de informações produzidas sobre avaliação de imóveis para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento	Sistema Documental WEBTRIX	Melhor resultado alcançado, em termos históricos, para o indicador em causa.
IND12. % global de registos de ocupações de imóveis do Estado, sujeitas ao princípio de onerosidade, monitorizados e validados no SIIE tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro do ano anterior	SIIE (Sistema de Informação de Imóveis do Estado)	Melhor resultado alcançado, em termos históricos, para o indicador em causa.
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores do SIRIEF na prestação de esclarecimento (escala de 1 a 4)	Aplicação de inquérito aos utilizadores e respetivo tratamento de dados	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos							
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS		DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigente (direção superior)	20	4	80	4	80	0	100%
Dirigente (direção intermédia + chefe de equipa multidisciplinar)	16	21	336	19	304	-32	90%
Técnico(a) Superior	12	110	1320	83	996	-324	75%
Pessoal de Inspeção	12	1	12	1	12	0	100%
Coordenador(a) Técnico	9	1	9	1	9	0	100%
Perito de Gestão Patrimonial	9	1	9	0	0	-9	0%
Pessoal de Informática (especialistas + técnicos)	9	5	45	5	45	0	100%
Assistente Técnico(a)	8	15	120	11	88	-32	73%
Assistente Operacional	5	7	35	7	35	0	100%
Total		165	1966	131	1569	-397	

Número de trabalhadores/trabalhadoras a exercer funções na DGTF:	31-12-2011	31-12-2012	Previsto 31-12-2013	Realizado 31-12-2013	Previsto 31-12-2014	Realizado 31-12-2014
	158	155	194	154	165	131

Recursos Financeiros						
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUTADO	SALDO	Taxa de Execução
Orçamento de Funcionamento (valores reportados pela SGMF/GAF_MF)	€ 7.663.109,00	€ 7.181.308,00	€ 6.917.188,00	€ 5.693.183,06	€ 1.224.004,94	82%
Despesas c/Pessoal	€ 5.639.616,00	€ 5.285.169,00	€ 5.285.169,00	€ 4.966.317,24	€ 318.851,76	94%
Aquisições de Bens e Serviços + Outras despesas correntes + Despesas de capital	€ 2.023.493,00	€ 1.896.139,00	€ 1.632.019,00	€ 726.865,82	€ 905.153,18	45%
Orçamento de Investimento (valores reportados pela SGMF/GAF_MF)	€ 402.199,00	€ 402.199,00	€ 351.923,00	€ 14.473,55	€ 337.449,45	4%
Orçamento de Funcionamento + Orçamento de Investimento	€ 8.065.308,00	€ 7.583.507,00	€ 7.269.111,00	€ 5.707.656,61	€ 1.561.454,39	79%
Outros - Capítulo 60	€ 13.112.899.572,00	€ 13.112.899.573,00	€ 13.111.427.279,00	€ 12.091.733.969,86	€ 1.019.693.309,14	92%
TOTAL (Funcionamento + Investimento + Outros)	€ 13.120.964.880,00	€ 13.120.483.080,00	€ 13.118.696.390,00	€ 12.097.441.626,47	€ 1.021.254.763,53	92%

O valor considerado no Capº 60-Despesas Excepcionais corresponde ao divulgado no site da DGO (separata).

Figura 2 – QUAR

Conforme referido, em primeira linha, os objetivos estratégicos do QUAR, bem como os respetivos objetivos operacionais, constituem o vértice da cadeia de objetivos que, em cada ano, norteia a atividade da DGTF o que confere a este instrumento de gestão um papel crucial.

O Quadro seguinte esclarece a contribuição dos objetivos operacionais para o cumprimento dos objetivos estratégicos aprovados para esta Direção-Geral:

QUAR 2014 - Relação entre Objetivos			
Objetivos Operacionais	Objetivos Estratégicos		
	OE 1	OE 2	OE 3
O1	X	X	
O2	X	X	
O3			X
O4		X	X
O5		X	
O6		X	X
O7			X

Figura 3 - Contribuição dos Objetivos Operacionais para os Objetivos Estratégicos

1.2. ANÁLISE DO QUAR

1.2.1. Objetivos de Eficácia

QUAR – Op 1 - Otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público

No âmbito do objetivo aqui identificado e tendo em vista a prossecução da política de valorização e rentabilização do património imobiliário público, em ordem a garantir a eficiência e racionalização da gestão dos recursos públicos, foi atingido um valor de vendas de 10,7 M€ de património do Estado e dos Institutos Públicos, montante que superou em 3,7 M€ o objetivo fixado.

No que concerne ao valor efetivo das rendas recebidas para o ano em análise, foi registado um montante na ordem dos 0,82 M€, ou seja, foi ultrapassado em 7% o valor fixado.

QUAR – Op 2 - Garantir o acompanhamento das empresas públicas

Este objetivo comporta quatro indicadores, dois deles relacionados com as ações de monitorização que, no âmbito do exercício da função acionista e tutelar do Estado, incumbe à DGTF.

Nesta conformidade, foi medido o número de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas que integram a carteira de participações do Estado (carteira principal) das medidas definidas no âmbito do processo de reestruturação do SEE, bem como pelas empresas detidas ou participadas pelo Estado (carteira principal) das obrigações de reporte de informação através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

Com relevância para os resultados alcançados no âmbito deste objetivo é de salientar que, com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, foi promovido o desenvolvimento de novas funcionalidades no SIRIEF das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação às necessidades de divulgação pelas empresas de informação relevante para efeito, quer de conhecimento pelo acionista/tutela da sua situação económica e financeira ao longo de cada exercício, quer de tratamento para reporte junto de outras entidades nacionais e supra nacionais.

Assim, a superação deste objetivo decorre fundamentalmente da entrada em produção de novos formulários, o que conduziu a um aumento do número de monitorizações.

O terceiro indicador refere-se ao número de propostas de orientação para encerramentos de liquidação de empresas públicas, em cujo âmbito foi possível concluir a liquidação da ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa, EP, RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA e EMA – Empresa de Meios Aéreos, SA.

QUAR – Op 3 – Acompanhar os processos relacionados com a promoção das exportações nacionais

No âmbito deste objetivo, importa destacar que, tendo em vista a promoção das exportações nacionais, foi assegurada a participação da DGTF num total de 12 reuniões internacionais do Conselho da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), nomeadamente, em matéria de créditos à exportação, nas quais se definem as regras do apoio à exportação para países fora do mercado da OCDE.

1.2.2. Objetivos de Eficiência

QUAR Op 4 – Aumentar o número de reportes informativos a apresentar ao Governo sobre o SEE

Foi assegurada a elaboração do número de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento do Plano de Redução de Custos e da UTE pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal).

No que concerne ao prazo médio de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro no âmbito do SEE, foi igualmente atingida a meta prevista.

QUAR Op 5 - Promover a gestão de arrendamentos para instalação de serviços do Estado

Para um total de 84 pedidos de arrendamento foram produzidas ou analisadas 74 informações produzidas sobre avaliação de imóveis para emissão de parecer sobre pedidos de arrendamento, apurando-se um grau de cumprimento correspondente a 88,01% de realização.

QUAR Op 6 – Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade

A LOE/2014 diferiu para 2014 o processo de liquidação e pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade, tendo a DGTF sido autorizada, durante esse ano, *“a liquidar e a cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas devidas pela implementação do princípio da onerosidade relativamente ao ano de 2014, pela aplicação do disposto nos nº 1 e 2 do artigo 4º e no artigo 5º da Portaria nº 278/2012, de 14 de setembro”*.

Na sequência desta medida orçamental e de posterior comunicação da Direção-Geral do Orçamento (DGO) para a sua efetiva operacionalização, designadamente, a definição dos circuitos de cobrança e pagamento das contrapartidas devidas por parte das entidades, a DGTF, através da DSVAP, procedeu a uma análise dos dados extraídos do Sistema de Inventário de Imóveis do Estado (SIIE) no final do 1º trimestre de 2014, tendo como referência os anteriores apuramentos, da qual resultou uma listagem das ocupações elegíveis para a aplicação do princípio da onerosidade, com um total de 956 ocupações.

A 11/04/2014, esta listagem foi submetida a apreciação das Unidades de Gestão Patrimonial (UGP) dos diferentes Ministérios, para validação ou eventual retificação de dados no SIIE, procedendo-se a insistência a 13/05/2014. Desta consulta resultou o apuramento de 764 ocupações em condições de serem integradas na listagem final prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro, o que representa 80% das ocupações apuradas, tendo ficado subjacente que a não resposta pelas UGP implicaria que os dados constantes na listagem remetida fossem considerados como validados, o que aconteceu a dois dos doze ministérios. Assim, a listagem submetida a consulta foi totalmente validada e 80% do total das ocupações apuradas encontravam-se em condições de serem sujeitas ao princípio da onerosidade.

1.2.3. Objetivos de Qualidade

QUAR Op 7 - Melhorar a qualidade da prestação de serviços

O indicador relativo a este objetivo subsume-se ao grau de satisfação dos utilizadores do SIRIEF na prestação de esclarecimentos. Para a concretização superada deste objetivo contribuiu o reforço da equipa de acompanhamento do SIRIEF, permitindo uma resposta aos pedidos de esclarecimentos efetuados pelos diversos utilizadores com maior celeridade.

1.2.4. Desvios face aos Objetivos

No Quadro infra são evidenciados os desvios verificados relativamente a cada um dos objetivos operacionais:

Objetivo Operacional	Desvio Face ao Objetivo (%)	Justificação do Desvio
O1	0% - i1 7% -i2	<p>Por um lado, a alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos atingiu o valor efetivo de vendas de 10,7M€, superando-se em 3,7M€ o objetivo fixado, tendo em conta que foi desenvolvida, de forma relevante, a prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível e que foi assegurada a representação da DGTF no Salão Imobiliário de Lisboa, com a realização de uma hasta pública de venda de imóveis.</p> <p>Por outro, e no que concerne ao valor efetivo das rendas recebidas, verificou-se um desvio do valor fixado como meta para o indicador 2, já que foram registadas rendas recebidas para o ano em análise na ordem dos 0,82 M€, ou seja, foi ultrapassado em 7% o valor fixado. A conjugação dos dois indicadores associados ao objetivo operacional, conduzem à superação em mais 4% do previsto quanto a otimizar o processo de rentabilização de património imobiliário público.</p>

O2	7% - i3 8% - i4 17% - i5 33% - i6	Com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, foi promovido o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação às necessidades de divulgação pelas empresas de informação relevante para efeito, quer de conhecimento pelo acionista/tutela da sua situação económica e financeira ao longo de cada exercício, quer de tratamento para reporte junto de outras entidades nacionais e supra nacionais. Assim, a superação deste objetivo decorre fundamentalmente da entrada em produção de novos formulários, o que conduziu a um aumento do número de monitorizações.#
O3	0% - i7	Sem desvio.
O4	0% - i8 0% - i9 0% - i10	Sem desvio.#
O5	0% - i11	Sem desvio.#
O6	16%-i12	A DGTF, no ano de 2014, foi autorizada a liquidar e a cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas devidas pela implementação do princípio da onerosidade pela aplicação do disposto nos nº 1 e 2 do artigo 4º e no artigo 5º da Portaria nº 278/2012, de 14 de setembro. Procedeu-se a uma análise dos dados extraídos do SIIIE no final do 1º trimestre de 2014, tendo como referência os anteriores apuramentos, da qual resultou uma listagem das ocupações elegíveis para a aplicação do princípio da onerosidade, com um total de 956 ocupações. Esta listagem foi submetida a consulta das UGP dos diferentes ministérios, para validação ou eventual retificação de dados no SIIIE, da qual resultou o apuramento de 764 ocupações em condições de serem integradas na listagem final prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro, o que representa 80% das ocupações apuradas. Nesta conformidade, a listagem submetida a consulta foi totalmente validada, tendo-se concluído que 80% do total das ocupações apuradas encontravam-se em condições de serem sujeitas ao princípio da onerosidade.
O7	12%-i13	O reforço da equipa de acompanhamento do SIRIEF permitiu dar uma resposta mais célere aos pedidos de esclarecimentos efetuados pelos diversos utilizadores daquele Sistema, o que contribuiu para a superação deste objetivo.

Figura 4 – Desvios verificados

De salientar, ainda, que estes resultados foram alcançados com menos recursos efetivos que os inicialmente previstos, conforme se pode constatar do Quadro *infra*:

Recursos Humanos 2014				
	Pontuação	Planeado	Executado	Desvio
Dirigentes – Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes – Direção Intermédia e Chefe de Equipa	16	336	304	-32
Técnico(a) Superior	12	1320	996	-324
Pessoal Inspeção	12	12	12	0
Coordenador(a) Técnico	9	9	9	0
Perito(a) de gestão patrimonial	9	9	0	-9
Pessoal Informática	9	45	45	0
Assistente Técnico(a)	8	120	88	-32
Assistente Operacional	5	35	35	0
TOTAL	100	1966	1569	-397

Figura 5 – Recursos Humanos/Desvios

Registe-se que, à semelhança do ano anterior, as diferenças, por categoria, entre o executado e o planeado resultaram de saídas, em especial por aposentação, e de lugares vagos que não foram preenchidos, essencialmente no grupo dos técnicos superiores, pois não foi possível concretizar os processos de recrutamento, constrangimento que só com um esforço muito significativo por parte dos recursos existentes foi possível ultrapassar e conduzir aos resultados alcançados.

Em termos de índice de produtividade e de custo-eficácia, obtiveram-se os seguintes resultados:

Índice de produtividade				
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado		
		2012	2013	2014
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	105,30%	114,20%	107,40%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos (RH)	$\frac{\text{(RH utilizados)}}{\text{RH planeados}} \times 100$	91,18%	79,38%	79,39%
Índice de Produtividade	$\frac{\text{(Taxa de Concretização Global de Objetivos)}}{\text{Taxa de Utilização de RH}} \times 100$	115,49%	143,86%	135,27%

Figura 6 – Índice de produtividade

Índice de custo-eficácia				
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Resultado		
		2012	2013	2014
Taxa de Concretização Global de Objetivos	Média ponderada das avaliações globais dos parâmetros de avaliação	105,30%	114,20%	107,40%
Taxa de Execução de Recursos Financeiros (Funcionamento + Investimento)	$\frac{\text{(Despesa executada)}}{\text{Despesa orçamentada}} \times 100$	72,89%	76,70%	78,52%
Índice de Custo-eficácia	$\frac{\text{(Taxa de Concretização Global de Objetivos)}}{\text{Taxa de Execução de Recursos Financeiros}} \times 100$	144,46%	148,89%	136,78%

Figura 7 - Índice de custo-eficácia

Verifica-se no ano em análise e por comparação aos 2 anos anteriores, uma maior capacidade de execução financeira - na ordem dos 78,52% no respeitante aos Recursos Financeiros (funcionamento e investimento), e na ordem dos 92,22% para o orçamento do Capítulo 60 -, bem como uma diminuição do índice de custo-eficácia (136,78%).

Ainda sobre o índice custo-eficácia e comparativamente ao biénio 2013/2014, podemos afirmar uma redução ao nível deste indicador na ordem dos 12,11%.

1.3. AVALIAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

O Plano de Atividades para 2014 encontra-se alinhado com o QUAR, contribuindo, portanto, os resultados nele alcançados, também, para a concretização deste instrumento.

Os objetivos do Plano de Atividades foram delineados por unidade orgânica e equipa multidisciplinar constando a respetiva avaliação de cumprimento do quadro que integra o **Anexo I**, a qual é acompanhada de notas explicativas sucintas que visam contribuir para uma adequada perceção da execução ocorrida.

Assim, no mencionado anexo são explicitados os resultados atingidos no âmbito da execução do Plano de Atividades de 2014, por cada uma das unidades orgânicas, o qual evidencia o cumprimento da totalidade dos objetivos fixados, bem como a superação daqueles que constituem o cerne da atividade da DGTF.

Este resultado foi alcançado num contexto especialmente difícil, tendo em atenção as exigências com que diariamente a DGTF foi confrontada mercê, designadamente, do conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visaram reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública.

Em matéria de execução global dos objetivos estabelecidos pelas diversas unidades orgânicas da DGTF, em sede de Plano de Atividades, para o ano de 2014, podemos afirmar que foi alcançada uma taxa de execução global na ordem dos 92,75%, dado que, dos 69 objetivos fixados, foram cumpridos 64.

Procedendo a uma análise mais detalhada ao nível do grau de cumprimento, observa-se uma distribuição retratada conforme infra:

RESULTADO 2014	Não atingidos	Atingidos	Superados	Total
N.º OBJETIVOS	5	27	37	69
EXECUÇÃO %	7,25%	39,13%	53,62%	100,00%

Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos em Plano de Atividades

Neste aspeto, importa salientar que dos 69 objetivos fixados no Plano de Atividades, foram superados 37 objetivos e atingidos 27 objetivos, o que representa uma taxa de 53,62% ao nível da superação dos objetivos fixados.

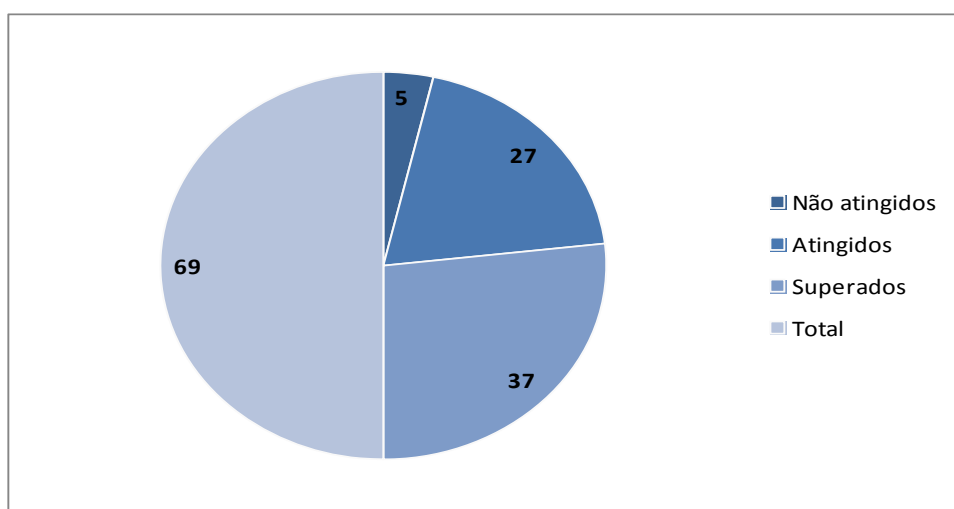


Figura 9 – Grau de execução dos objetivos estabelecidos em Plano de Atividades

2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

À semelhança do que tem sucedido nos anos anteriores e tendo em vista a avaliação do SCI da DGTF afigura-se necessário proceder a um prévio enquadramento no que respeita ao ambiente da Organização em causa.

Com efeito, é de salientar que a DGTF não dispõe de qualquer unidade orgânica vocacionada para as funções de controlo e auditoria, o que, desde logo, se revela um fator fortemente condicionador do robustecimento deste sistema nas suas distintas vertentes.

No entanto, e pese embora o constrangimento acima enunciado, a DGTF reúne um conjunto de aspetos caracterizadores da sua atividade que contribuem para a criação de um ambiente favorável ao controlo interno, devendo, portanto, ser tomados em consideração em sede de avaliação do SCI, a saber:

- Sujeição ao controle da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do Tribunal de Contas (TC), em especial através de auditorias e ações de verificação anuais no âmbito, designadamente, da preparação do Parecer à Conta Geral do Estado;
- Reporte de informação periódica a outras entidades, tais como Assembleia da República e DGO;
- Execução de medidas pré determinadas em cumprimento de políticas públicas em parte significativa dos processos em que a DGTF intervém, não influenciando, nesse âmbito e em muitas situações, o respetivo processo decisório;
- Abordagem interdisciplinar a um número considerável de processos, dada a natureza das matérias tratadas pela DGTF, intervindo, por isso, na sua instrução, mais do que uma unidade orgânica, consoante as competências requeridas, a que acresce o facto de o processo de decisão envolver vários níveis hierárquicos;
- Constante atualização e monitorização, face à criticidade dos sistemas de informação da DGTF e tendo como orientação base as normas de segurança informática aprovadas, após implementação dos mecanismos de tolerância a falhas e de alta disponibilidade, bem como medidas de segurança anti-intrusão;
- Mecanismos de segregação de funções intra e inter unidades orgânicas consubstanciados nos procedimentos internos instituídos, designadamente nas vertentes da coordenação orçamental e do processamento da despesa com recurso a sistemas de informação geridos por entidades terceiras no âmbito do MF, que, naturalmente, concorrem para a prevenção de riscos.

A DGTF vem consolidando, ao longo dos últimos anos, um sistema de gestão por objetivos, procurando que o planeamento das suas atividades tenha correspondência na apresentação da proposta de orçamento a oferecer junto da Tutela. Trata-se de um processo de planeamento amplamente participado, através de um modelo de auscultação dos Dirigentes no âmbito das propostas de atividades e projetos a desenvolver.

A atuação da DGTF é sempre pautada pela observação da legalidade e promoção da qualidade do serviço público prestado, procurando a eficiência, eficácia, proporcionalidade e economia nas tarefas executadas, razão pela qual a realização da respetiva despesa obedece sempre aos requisitos da conformidade legal, regularidade Financeira e da Boa Gestão (economia, eficiência e eficácia).

De sublinhar ainda que os trabalhadores da DGTF, no desempenho das suas funções, têm subentendido o respeito dos direitos, liberdades e garantias individuais, curando, nomeadamente pela não discriminação e igualdade de tratamento, com salvaguarda pelo respeito da Carta de Ética dos trabalhadores da Administração Pública, e respetivo regime disciplinar, bem assim, pelo Código de Ética e de Conduta interno.

3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

O reforço positivo do desempenho da DGTF tem por pressupostos a minimização dos pontos fracos e, por outro lado, o aproveitamento das oportunidades que constitui uma abordagem permanente da Direção, apostando sempre na minimização do impacto dos pontos fracos e na valorização dos pontos fortes.

Conclui-se, assim, que a DGTF, independentemente de não controlar os factos que possam afetar (positiva ou negativamente) o seu desempenho, entende que está bem posicionada para o desenvolvimento de estratégias que lhe permitam melhorar o respetivo desempenho.

Neste sentido, entendemos que o progresso registado na sociedade da informação marca, inequivocamente o modo de atuação das organizações e a forma em como estas interagem, razão pela qual, e estando em causa um fenómeno da era digital, a DGTF pretende acompanhar de perto, municiando-se das mais fortes componentes tecnológicas que lhe permitam o contínuo acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento.

Os princípios que regem a ação pública no domínio da Sociedade da Informação têm como denominador comum o combate à infoexclusão, condição fundamental para que todos beneficiem das novas formas de comunicação e informação, pelo que a concretização destes princípios traduz-se na melhoria da infraestrutura de suporte, enquanto vetor de modernização.

A Sociedade da Informação assume, por isso, hoje em dia, uma importância crescente, na medida em que desempenha um papel fundamental ao nível da descoberta e introdução de novas tecnologias, da exploração das oportunidades de comunicação e na planificação de toda a atividade organizacional.

Assim, no âmbito da modernização, serão desenvolvidas e implementadas metodologias de gestão no domínio tecnológico.

Ciente de que pode, ainda, melhorar o seu desempenho, seja através do incremento do recurso aos meios tecnológicos, seja pela simplificação de procedimentos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a DGTF tem desenvolvido um trabalho sistemático de identificação de áreas e processos passíveis de otimização por esta via.

As tecnologias da informação e de comunicação são, por isso, uma forte aposta da DGTF, dado traduzirem uma oportunidade de moldar e influenciar positivamente comportamentos ao nível profissional e até mesmo social.

Por essa razão, e porque pretende posicionar-se na linha da frente em termos de disponibilização e utilização de instrumentos tecnologicamente avançados, em 2014, a DGTF continuou a aperfeiçoar e desenvolver projetos de grande importância para a gestão das suas atividades, tais como o SIIE, o Sistema de Informação das Garantias e Empréstimos do Estado (SIGE) e o SIRIEF.

Realce-se ainda que, durante o ano de 2014, foi mantido o modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças (MF), ou seja, mantiveram-se na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF) as atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da DGTF¹, o que também teve algum impacto ao nível da implementação de metodologias de gestão no domínio tecnológico.

Em 2015, a DGTF irá continuar a centrar os seus esforços na implementação do projeto de gestão documental interno, apostando, ainda, no reforço do desenvolvimento de ferramentas informáticas de apoio à gestão nas áreas das garantias do Estado e da bonificação de juros.

Porque a DGTF se defronta, atualmente, com uma acentuada escassez de recursos humanos, mormente em áreas técnicas, reputa-se como fator essencial à melhoria do desempenho o preenchimento de postos de trabalho que se encontram vagos, situação que se procura mitigar através dos mecanismos legais nesta matéria disponíveis, tendo, no entanto, em consideração, e estando também consciente, das limitações existentes quanto à contratação de novos trabalhadores por pessoas coletivas de direito público.

¹ Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014 – Artigos 24.º e 25.º.

4. DESEMPENHO COMPARATIVO/AVALIAÇÃO

4.1 AVALIAÇÃO INTERNA – INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO UTILIZADORES TIC

Porque se quer manter como uma organização de referência no contexto das Instituições Públicas nacionais e porque, para tal, é essencial “medir para melhorar”, foi realizado um inquérito à satisfação dos utilizadores de informática, de forma a aferir as suas expectativas, bem como os níveis de satisfação, pois, conforme é unanimemente reconhecido, o esforço, o empenho e a dedicação na melhoria dos processos tecnológicos, são fundamentais para o sucesso das organizações.

Neste sentido, sob a perspetiva de "medir para compreender e melhorar", a DGTF realizou um inquérito interno à satisfação das pessoas que trabalham na DGTF, para perceber o grau e níveis de satisfação quanto ao apoio prestado ao utilizador por parte dos sistemas de informação.

O inquérito foi conduzido pela DSJC/Divisão de Gestão de Recursos (DSJC/DGR), unidade orgânica com atribuições cometidas nesta matéria, de forma totalmente idónea e confidencial.

Foram submetidas 4 questões a avaliar numa escala tipo Likert de 4 pontos (Insuficiente; Suficiente; Bom e Muito Bom). As questões avaliadas foram: “1. Qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos”; “2. Nível de eficácia na resolução dos problemas reportados”; “3. Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos” e “4. Nível de afabilidade no contacto com o utilizador”.

Os resultados obtidos para estes indicadores estão sistematizados nas figuras infra apresentadas, permitindo assim ilustrar os valores da avaliação alcançados para todos os parâmetros avaliados e, de seguida, com maior detalhe, os resultados parcelares obtidos.

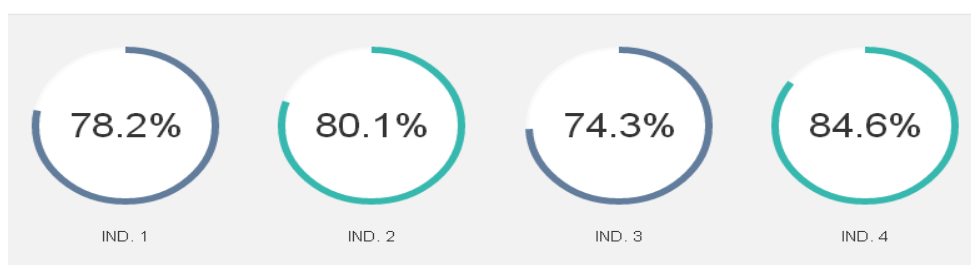


Figura 10 – Satisfação TIC (resultados da avaliação pelos colaboradores internos para o ano 2014)

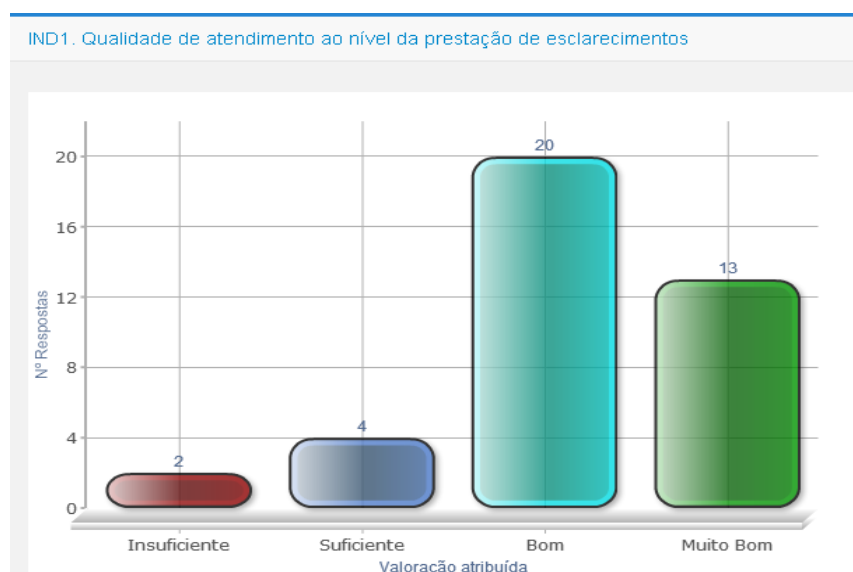


Figura 11 – Satisfação TIC (Questão 1, 2014)

IND2. Nível de eficácia na resolução dos problemas reportados

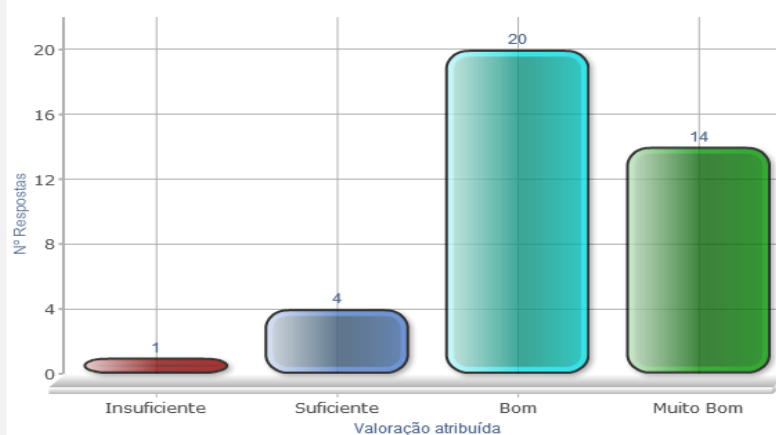


Figura 12 – Satisfação TIC (Questão 2, 2014)

IND3. Rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos e das intervenções técnicas

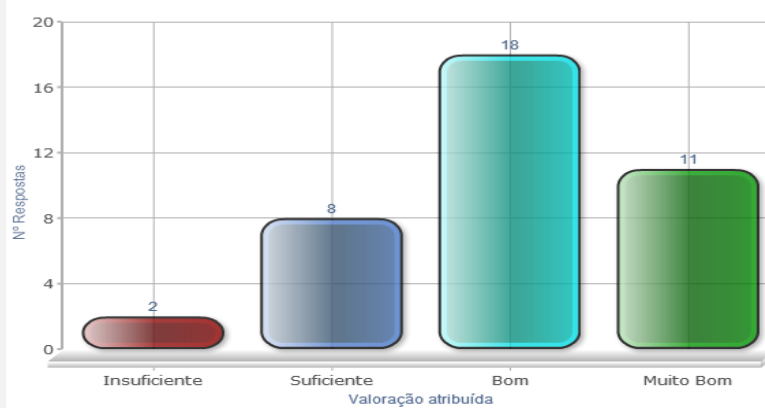


Figura 13 – Satisfação TIC (Questão 3, 2014)

IND4. Nível de afabilidade no contato com o utilizador

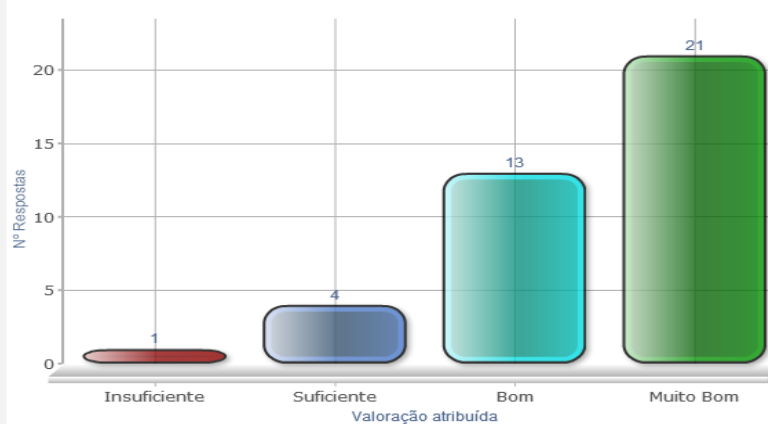


Figura 14 – Satisfação TIC (Questão 4, 2014)

Com base nos resultados deste inquérito, serão identificados os pontos-chave no apoio ao utilizador que possam ser objeto de intervenção prioritária e definido o respetivo plano de melhorias a desenvolver em 2015, sempre que necessário.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decurso de 2014, a DGTF foi mais uma vez confrontada com desafios significativos e ao mesmo tempo estimulantes, cuja resposta adequada em muito se ficou a dever ao profissionalismo de todos aqueles que estiveram envolvidos na sua execução.

Perante esta realidade, é de salientar as ações relevantes onde a DGTF esteve presente, identificando as que pela sua natureza e, ou, caráter mais marcadamente inovador ou complexidade se destacam no **Anexo II** ao presente relatório.

CAPÍTULO III - RECURSOS ENVOLVIDOS

1. AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

Sem prejuízo das especificidades advenientes da alteração do modelo organizativo e funcional do Ministério das Finanças, com a manutenção na Secretaria-Geral das atribuições nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da DGTF, nos termos previstos no artigo 25.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014, esta atividade encontra-se concentrada na DSJC/DGR, e abrange o conjunto de ações/atividades/tarefas relacionadas com a gestão destas áreas, incluindo as tecnológicas.

Ademais, trata-se de uma atividade de execução relacionada com todos os atos relativos aos trabalhadores e que são característicos dos serviços de Recursos Humanos.

A gestão, conservação e manutenção das instalações da DGTF e dos seus equipamentos, bem como a aquisição de *hardware* e *software* foi assegurada em articulação com a SGMF, ao abrigo do processo de centralização de áreas comuns.

Efetuu-se a instalação de *hardware* e *software*, bem como foi assegurada a manutenção da rede de comunicações, dos servidores, do Site da DGTF, dos computadores pessoais, da segurança da rede informática, da gestão de contratos e de assistência técnica informática, bem como a gestão e distribuição dos equipamentos informáticos.

1.1. ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

A DGTF tem um âmbito de intervenção bastante diversificado, conforme decorre da sua missão e das atribuições que lhe estão cometidas. Por este facto, necessita de recursos humanos e técnicos adequados para dar resposta às constantes solicitações resultantes da sua missão.

No ano em análise, em matéria de recursos humanos, salientando-se, num universo de 131 trabalhadores, a distribuição constante na tabela seguinte:

RECURSOS HUMANOS	
Direção	4
Dirigente Intermédio	19
Técnico Superior	83
Pessoal de Inspeção	1
Pessoal de Informática	5
Assistente Técnico / Técnico de Nível Intermédio	12
Assistente Operacional	7
Total	131

Figura 15 – Recursos humanos

O grupo profissional mais representado corresponde ao de “Técnico(a) superior” (83 profissionais), mantendo-se constante ao longo do tempo esta prevalência, a qual representa 63,36% do total dos RH da DGTF.

Pretendeu-se, elevar as competências dos trabalhadores através da vertente formativa, enquanto instrumento para atingir os objetivos definidos e alcançar o nível de qualidade exigida no respeito pelos seguintes princípios:

- Contribuir para uma cultura de mérito e de exigência, com um elevado nível de qualidade;
- Melhorar o desempenho profissional dos trabalhadores da DGTF, proporcionando-lhes condições que fomentem a criatividade, o espírito crítico e de iniciativa;
- Incrementar a introdução de novas práticas e conhecimentos, face às alterações legislativas e tecnológicas, privilegiando também as matérias de igualdade de género e cidadania.

Na área de recursos humanos, essencial para o bom desempenho da DGTF, promoveu-se a execução de 87 ações de formação (32 ações externas e 55 internas), as quais abrangeram 160 participações, num total de 2899:15 horas de intervenção formativa executada no ano em análise.

1.2. BALANÇO SOCIAL

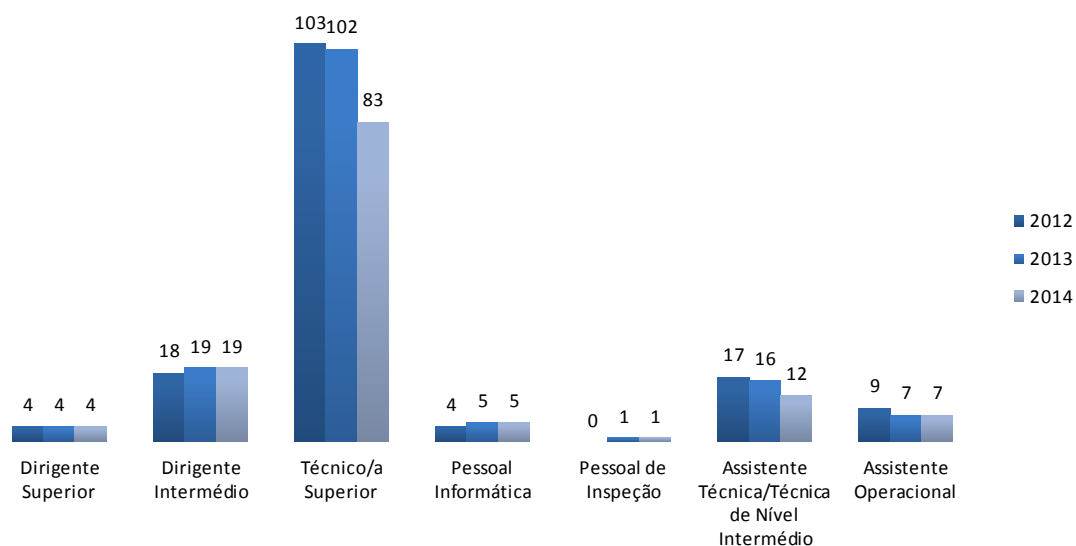
No que diz respeito ao Balanço Social produzido para 2014, salientamos os seguintes aspetos que marcaram o ano em análise:

- Em 31 de dezembro de 2014, desempenhavam funções na DGTF, 131 efetivos, dos quais 106 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 1 em regime de nomeação definitiva, 1 em cedência de interesse público e 23 em comissão de serviço.
- Registaram-se, ao longo do ano, muitos fluxos de RH, seja ao nível das “Entradas/Admissões” (16 movimentos), seja ao nível das “Saídas” (39 movimentos, 22 dos quais associados a situações de saída por aposentação), sendo que a taxa de saída (29,77%) foi mais do dobro da taxa de admissões (12,21%).
- A evolução da média etária sofreu ligeiríssimos decréscimos, em termos comparativos, no triénio 2012-2014, facto consistente com a taxa de envelhecimento observada. Aliás, em 2014, verifica-se que o nível etário, por comparação com 2013 sofreu um ligeiríssimo decréscimo de 0,5 e, relativamente a 2012,

um decréscimo de 1,07. Esta diminuição está sobretudo relacionada com as 22 saídas definitivas por aposentação, maioritariamente situadas no escalão 55-59 anos e em menor n.º concentradas no escalão entre os 60-65 anos de idade.

- O grau de habilitações predominante é a licenciatura (59,54% dos efeitos totais), sendo que 85,50% têm um nível de habilitações igual ou superior ao 11º ano de escolaridade.
- Um fator positivo, em matéria de gestão de RH, está associado à observação de uma franca tendência para o decréscimo da taxa de absentismo; esta situa-se no ano de 2014 em 4,83%, valor manifestamente inferior ao registado no ano 2012 (8,62%) e também menor da mesma taxa observada no ano transato (5,55%).

Procedendo a uma análise mais detalhada da evolução observada entre 2012 e 2014, por grupo de pessoal, podemos afirmar que o grupo profissional com maior representação na DGTF tem sido constante no período temporal em análise e corresponde ao grupo “Técnico(a) Superior”. Observamos uma redução progressiva nos efetivos associados aos grupos profissionais “Assistente Técnico(a)” e “Assistente Operacional”, conforme sistematização constante do gráfico seguinte:



Fonte: DSJC/DGR Balanço Social (2012, 2013, 2014)

Figura 16- Evolução de efetivos (2012-2014)

1.3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

O quadro seguinte evidencia os recursos financeiros executados pela DGTF, no ano de 2014, por comparação ao ano anterior:

Recursos Financeiros	Execução 2013	Execução 2014
Despesas com Pessoal	5.192.655 €	4.966.317 €
Aquisição de Bens e Serviços	664.812 €	647.101 €
Aquisições de Bens de Capital	11.954 €	79.765 €
Orçamento Funcionamento	5.869.421 €	5.693.183 €
Orçamento Investimento	181.631 €	14.474 €
Capítulo 60 / Divisão 01	7.597.985.228 €	12.091.733.970 €
Total Recursos Financeiros DGTF	7.604.036.280 €	12.097.441.626 €

Figura 17: Recursos Financeiros (2013/2014)

Já a figura infra, sistematiza de forma mais detalhada os recursos financeiros, comparando o inicialmente aprovado (orçamento corrigido) e o executado no ano de 2014.

Recursos Financeiros 2014	Corrigido (€)	Executado (€)	Variação (€)	Execução (%)
Despesas com Pessoal	5.285.169,00	4.966.317,24	318.851,76	93,97%
Aquisições de Bens ^{a)} e Serviços	1.632.019,00	726.865,82	905.153,18	44,54%
Orçamento Funcionamento	6.917.188,00	5.693.183,06	1.224.004,94	82,30%
Orçamento Investimento	351.923,00	14.473,55	337.449,45	4,11%
O. Funcionamento + O. Investimento	7.269.111,00	5.707.656,61	1.561.454,39	78,52%
Orçamento Capítulo 60 / Divisão 01	13.111.427.279,00	12.091.733.969,86	1.019.693.309,14	92,22%
Total	13.118.696.390,00	12.097.441.626,47	1.021.254.763,53	92,22%

a) inclui bens de capital

Figura 18: Recursos Financeiros (2014)

CAPÍTULO IV - AVALIAÇÃO FINAL

Em 2014, a atividade da DGTF foi, à semelhança dos anos anteriores, fortemente marcada pelo contexto económico nacional e europeu e, consequentemente, pelas exigências daí advenientes, a par da necessidade de dar resposta ao elevando número de solicitações externas, que se manteve constante.

A DGTF, por força da amplitude das atribuições que lhe estão cometidas e do papel central que desempenha no âmbito da execução das políticas económico-financeiras da República Portuguesa, vê-se confrontada com a indispensabilidade de responder, em tempo oportuno e com qualidade, aos desafios que foram diariamente colocados, assegurando a realização das inúmeras e exigentes atividades.

Na esteira do que tem sucedido nos anos anteriores e não obstante a saída de Portugal da alçada do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), a DGTF assumiu as responsabilidades que estão atribuídas, em áreas fulcrais diretamente expostas aos fatores externos, e manteve o padrão de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, de forma a poder, igualmente, garantir o seu reconhecimento enquanto entidade de referência no contexto das Instituições Públicas Nacionais.

O QUAR da DGTF para 2014 considerou sete objetivos operacionais que refletem as opções assumidas para a concretização dos objetivos estratégicos, permitindo a avaliação final do desempenho da atividade desenvolvida no contexto da concretização do Plano de Atividades de 2014 e, por concludentemente, uma reflexão crítica sobre o trabalho realizado.

Não obstante os resultados que têm sido alcançados pela DGTF, não podemos deixar de referir que as limitações em matéria de recursos humanos, especialmente a nível qualificado, constituem um fator com um impacto muito relevante na implementação plena e rigorosa das atribuições da DGTF.

Contudo, e ainda assim, por via de uma adequada mobilização e gestão das competências e das valências daqueles que desempenham funções na DGTF, foi possível cumprir e até mesmo superar os objetivos, o que permite concluir por um desempenho global bastante positivo.

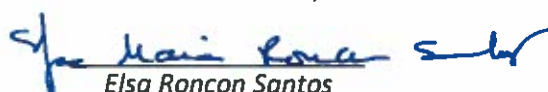
Assim, no quadro das atribuições e competências que hoje estão cometidas à DGTF, e conforme resultou da avaliação do cumprimento do QUAR, para efeito do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, considera-se que, face à apreciação global do trabalho desenvolvido e aos resultados alcançados, a avaliação global do desempenho da DGTF é positiva, propondo-se, em resultado da autoavaliação e ao abrigo do disposto no artigo 18.º da citada Lei, a menção de DESEMPENHO BOM, traduzida numa taxa de realização final de 107,4%.

Por último, cumpre manifestar o apoio e a colaboração de diversas entidades que contribuíram para o desempenho da DGTF, das quais é merecido destacar:

- As entidades que conosco interagem na prossecução das suas atribuições;*
- Os dirigentes e trabalhadores da DGTF, sem o esforço dos quais a concretização da estratégia e objetivos a que nos propusemos não seria possível.*

Para todos, os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.

A Diretora-Geral,


Elsa Roncon Santos

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)						
DSPE	Ob1: Garantir o acompanhamento das empresas públicas.					
	Indicador 1: N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas que integram a carteira de participações do Estado (carteira principal) das medidas definidas no âmbito do processo de reestruturação do SEE.		Meta: 300 Resultado: 322			
	Indicador 2: N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas detidas ou participadas pelo Estado (carteira principal), das obrigações de reporte de informação através do SIRIEF.		Meta: 300 Resultado: 324			
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foram consideradas ponderações de 50% para cada um dos indicadores utilizados. A superação destes indicadores decorre fundamentalmente da entrada em produção de novos formulários, o que implicou um aumento do número de monitorizações.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2						

DSPE	Ob2: Apresentar reportes informativos ao Governo sobre o SEE.					
	Indicador 1: N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento do Plano de Redução de Custos pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal).		Meta: 3 Resultado: 3			
	Indicador 2: N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento da UTE pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal).		Meta: 3 Resultado: 3			
	Indicador 3: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações).		Meta: 6,8 Resultado: 6,8			
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foram consideradas ponderações de 35%, 35% e 30% respetivamente, para cada um dos indicadores utilizados.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 4						

ANEXO I

Objetivos 2014

DSPE	Ob3: Melhorar a qualidade da prestação de serviços.				
	Indicador 1: Grau de satisfação dos utilizadores do SIRIEF na prestação de esclarecimento (escala de 1 a 4).			Meta: 2,5 Resultado: 3,2	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado X
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foi considerada a ponderação de 100% do indicador. A superação deste indicador deveu-se ao reforço da equipa de acompanhamento do SIRIEF, permitindo uma resposta aos pedidos de esclarecimentos efetuados pelos diversos utilizadores com maior celeridade.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 7					

DPE	Ob1: Aumentar a eficiência no reporte informativo a apresentar ao Banco de Portugal sobre o SEE					
	Indicador 1: Prazo médio em dias corridos de envio ao Banco de Portugal da informação relativa à composição da carteira de participações financeiras diretas do Estado (somatório dos dias após o fim do mês a que a informação respeita até à data do seu envio/ número de comunicações).				Meta: 10 Resultado: 10	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa:						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

ANEXO I

Objetivos 2014

DPE	Ob2: Apresentar reportes informativos ao Governo sobre o SEE.												
	Indicador 3: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações).				Meta: 6,8 Resultado: 6,8								
	Resultado												
	Não Atingido				Atingido								
						X				Superado			
Nota explicativa:													
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 4													

DPE	Ob3: Melhorar a antecedência de apresentação às entidades competentes das estimativas de execução orçamental																										
	Indicador 1: Antecedência média, em dias corridos, de envio às entidades competentes das estimativas de execução orçamental no âmbito do SEE (somatório dos dias corridos que antecedem a data de envio da informação e o início do mês a que a mesma respeita / número de reportes)								Meta: 7 Resultado: 7																		
	Resultado																										
	Não Atingido								Atingido																		
												X								Superado							
Nota explicativa:																											
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):																											

DSPE – Divisão de Análise e Acompanhamento (DAA)

DAA	Ob1: Garantir o acompanhamento das empresas públicas.					
	Indicador 1: N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas que integram a carteira de participações do Estado (carteira principal) das medidas definidas no âmbito do processo de reestruturação do SEE.			Meta: 300 Resultado: 322		
	Indicador 2: N.º de ações de monitorização do cumprimento pelas empresas detidas ou participadas pelo Estado (carteira principal), das obrigações de reporte de informação através do SIRIEF.			Meta: 300 Resultado: 324		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foram consideradas ponderações de 50% para cada um dos indicadores utilizados. A superação destes indicadores decorre fundamentalmente da entrada em produção de novos formulários, o que implicou um aumento do número de monitorizações.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2						
DAA	Ob2: Apresentar reportes informativos ao Governo sobre o SEE.					
	Indicador 1: N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento do Plano de Redução de Custos pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal).			Meta: 3 Resultado: 3		
	Indicador 2: N.º de relatórios periódicos apresentados aos membros do Governo sobre o cumprimento da UTE pelas empresas detidas ou participadas diretamente pelo Estado (carteira principal).			Meta: 3 Resultado: 3		
	Indicador 3: Prazo médio em dias úteis de entrega ao Governo da informação relativa ao Esforço Financeiro do Estado no âmbito do SEE (somatório dos dias úteis, após o fim do mês a que a informação respeita até à data da sua entrega / número de informações).			Meta: 6,8 Resultado: 6,8		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foram consideradas ponderações de 35%, 35% e 30% respetivamente, para cada um dos indicadores utilizados.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 4						

ANEXO I

Objetivos 2014

DAA	Ob3: Melhorar a qualidade da prestação de serviços.						
	Indicador: Grau de satisfação dos utilizadores do SIRIEF na prestação de esclarecimento (escala de 1 a 4).				Meta: 2,5 Resultado: 3,2		
	Resultado						
	Não Atingido			Atingido			Superado
Nota explicativa: Para identificação do grau de atingimento deste objetivo foi considerada a ponderação de 100% do indicador. A superação deste indicador deveu-se ao reforço da equipa de acompanhamento do SIRIEF, permitindo uma resposta aos pedidos de esclarecimentos efetuados pelos diversos utilizadores com maior celeridade.							
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 7							

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSAF	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom.			Meta: Pontuação obtida entre 24 a 30	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSAF	Ob2: Dar resposta aos pedidos recebidos na DGTF de autorização de endividamento.				
	Indicador: [(n.º de processos de autorização de endividamento tratados no ano N - n.º de processos tratados no ano (N-1)/ n.º de processos tratados no ano (N-1)*100].			Meta: 10%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Os processos de autorização em 2014 ascenderam a 108 que compara com 47 no final de 2013, representando um acréscimo de 130%, destacando-se que tal facto está associado ao acréscimo de pedidos de autorização de endividamento decorrentes do disposto no DL 133/2013, de 3 outubro, cuja entrada em vigor ocorreu em dezembro de 2013.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2					
DSAF	Ob3: Participação em reuniões internacionais, nomeadamente, em matéria de créditos à exportação.				
	Indicador: N.º total de reuniões asseguradas.			Meta: 12	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foi assegurada a participação em 12 reuniões					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 3					

DSAF – Divisão de Bonificações e Apoios Internacionais (DBAI)					
DBEI	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 24 e 30.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DBEI	Ob2: Redução em parceria com o Instituto de Informática do nº de processos pendentes do Sistema de Crédito à Habitação (SCH).				
	Indicador: Redução do nº de processos pendentes registados no final de 2013 (15983).			Meta: 30%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: o nº de processos pendentes no final de 2014 ascendia a 8503					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DBEI	Ob3: Garantir a disponibilização tempestiva de informação sobre previsão da despesa ou respetiva execução orçamental.				
	Indicador: Prazo de disponibilização da informação a partir da data em que é solicitada			Meta: Prazo médio de 2 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: a informação foi disponibilizada no prazo médio de 2 dias					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSAF – Divisão de Garantias e Empréstimos (DGE)					
DGE	Ob1: Assegurar a qualidade da prestação de informação sobre os apoios do Estado.				
	Indicador: Nº de pontos atribuídos de acordo com a verificação dos seguintes critérios em 3 informações produzidas e a selecionar aleatoriamente: Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Fundamentação - 1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores, sendo que 1 corresponde a insatisfatório, 2 a suficiente e 3 a bom			Meta: Pontuação obtida entre 24 e 30.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A pontuação atingida nas 3 informações selecionadas aleatoriamente é de 33 pontos					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGE	Ob2: Assegurar a prestação de informação sobre o Esforço Financeiro do Estado no âmbito das garantias e empréstimos concedidos ao SEE.				
	Indicador: Prazo médio, em dias úteis, do somatório dos dias, após o fim do mês a que a informação reporta até à data da sua entrega.			Meta: 6 a 8 dias	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: o prazo médio foi de 6 dias					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DGE	Ob3: Dar resposta aos pedidos das empresas do SEE recebidos na DGTF de autorização de endividamento.				
	Indicador: [(n.º de processos de autorização de endividamento tratados no ano N - n.º de processos tratados no ano (N-1))/ n.º de processos tratados no ano (N-1)*100].			Meta: 10%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Os processos de autorização em 2014 ascenderam a 108 que compara com 47 no final de 2013, representando um acréscimo de 130%					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGFO	Ob1: Assegurar o acompanhamento da emissão e circulação de moeda metálica.				
	Indicador: Prazo de atualização da informação a partir da data em que são conhecidos os movimentos relativos à circulação.			Meta: Desvio médio de 8 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A média anual foi de 8 dias úteis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 3					
DSGFO	Ob2: Assegurar a disponibilização a outras entidades de informação financeira/orçamental relativa à atividade da DGTF após a receção de todos os contributos das unidades orgânicas.				
	Indicador: N.º de dias úteis entre a data de receção de todos os contributos das unidades orgânicas e a disponibilização a outras entidades. Consideram-se a disponibilização de dados ao Governo, DGO e TC, bem como aos auditores de diversas entidades públicas e privadas. Considera-se como data de disponibilização a data de envio de e-mail, registo em sistema de informação ou a data de saída do ofício de comunicação.			Meta: Entre a data de receção de todos os contributos das unidades orgânicas e a disponibilização decorrem, sempre, no máximo 3 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A média anual foi de 2 dias úteis. Salienta-se que a quantidade de dados/informações remetidas tem vindo a aumentar principalmente as destinadas à DGO e à Secretaria-Geral.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DSGFO	Ob3: Assegurar a disponibilização de informação relativa à gestão financeira de patrimónios autónomos.				
	Indicador: Taxa percentual de cumprimento dos prazos (n.º de documentos produzidos cumprindo o prazo estabelecido ÷ n.º total de documentos produzidos). Os prazos são: relatórios previstos legalmente = entrega o relatório até 5 dias úteis após a recolha da informação necessária; aplicações financeiras = entrega os dados com um dia útil de antecedência em relação ao início da aplicação; informação solicitada pelos órgãos diretivos ou pelo Governo = entrega da informação solicitada 2 dias úteis após o pedido.			Meta: Taxa de cumprimento de prazos entre 85% e 90%.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
					X
Nota explicativa: No que se refere à produção de relatórios anuais, a finalização ocorreu 2 dia após a obtenção da certidão passada pelo IGCP relativa a juros recebidos e aplicações em vigor à data de 31.12.2013. Quanto às renovações de aplicações financeiras, a ordem foi dada ao ICGP com a antecedência de 1 ou 2 dias em relação à data do respetivo vencimento, consoante esteve em causa uma mais favorável taxa de juro. A produção de relatórios de informação de gestão e a prestação de informações ocorreu no prazo médio de 2 dias úteis após a respetiva solicitação					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DGFO	Ob1: Elaborar a proposta de orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excepcionais do OE/2015.				
	Indicador: Prazo estabelecido pela DGO para o carregamento da proposta de orçamento no SOE-Sistema de Orçamento de Estado.			Meta: Cumprimento do prazo estabelecido.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Apesar da proposta de orçamento ser carregada dentro do prazo estabelecido pela DGO, posteriormente foi necessário efetuar alguns ajustamentos nas dotações inscritas por indicação da Secretaria de Estado do Tesouro.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DGFO	Ob2: Gestão e acompanhamento da execução orçamental das dotações inscritas no orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excepcionais.				
	Indicador: N.º de dias para análise e para preparação do pedido de autorização das alterações orçamentais e autorização dos pagamentos no Sistema Gerfip, através de dotações inscritas no orçamento do Capítulo 60º - Despesas Excepcionais.			Meta: Tempo de resposta <3 dias.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: As autorizações de pagamento foram efetuadas no dia em que são submetidas à Divisão. Quanto à instrução dos pedidos de autorização das alterações orçamentais foram realizadas em menos de 3 dias.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DGFO	Ob3: Elaborar a Conta de gerência e documentação anexa à prestação de contas relativa ao Capítulo 60- Despesas Excepcionais.				
	Indicador: Prazo legal estabelecido para a submissão da Conta de Gerência relativo ao capítulo 60-Despesas Excepcionais.			Meta: Cumprimento do prazo estabelecido.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi cumprido o prazo estabelecido na elaboração e na submissão da Conta de Gerência.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSGP	Ob1: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público, no âmbito das alienações.				
	Indicador: Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de dezembro de 2014.			Meta: 7 M€ Tolerância de 0,5 M€	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi atingido o valor efetivo de vendas de 10,7 M€, supurando-se em 3,7 M€ o objetivo fixado.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					
DSGP	Ob2: Otimizar o processo de rentabilização do património imobiliário público no âmbito dos arrendamentos.				
	Indicador: Valor das rendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de Dezembro de 2014			Meta: 0,75 M€ Tolerância 0,05 M€	
	Resultado				
	Não Atingido	X	Atingido		Superado
Nota explicativa: O valor de rendas cifrou-se em 0,6 M€, não se atingindo o objetivo fixado por força de situações de cessação contratual por iniciativa do inquilino e por incumprimento.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					
DSGP	Ob3: Assegurar os procedimentos no âmbito da rentabilização do património imobiliário público e da instalação de serviços públicos.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento. Em percentagem.			Meta: Analisar 60% dos processos. Tolerância de 20% dos processos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram analisados 1270 processos num universo de 2128, o que traduz um rácio de 60%.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					

ANEXO I

Objetivos 2014

DSCP	Ob4: Assegurar a fiabilidade e celeridade da informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.					
	Indicador: Número de dias para prestar a informação quando solicitada.			Meta: 5 dias úteis. Tolerância de 1 dia		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A informação foi prestada no prazo de 4 dias uteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DSGP – Divisão de Administração Patrimonial (DAP)					
DAP	Ob1: Assegurar os procedimentos relativos à alienação do património imobiliário público.				
	Indicador: Valor das vendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de alienação autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de Dezembro de 2014.			Meta: 7 M€ Tolerância 0.5 M€	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi atingido o valor efetivo de vendas de 10,7 M€, supurando-se em 3,7 M€ o objetivo fixado.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					
DAP	Ob2: Assegurar os procedimentos relativos à gestão e administração dos arrendamentos dos imóveis da propriedade do Estado.				
	Indicador: Valor das rendas (Milhões de Euros), acrescido do valor dos processos de arrendamento autorizados pelo Governo, mas não contratualizados a 31 de Dezembro de 2014			Meta: 0,75 M€Tolerância 0,05 M€	
	Resultado				
	Não Atingido	X	Atingido		Superado
Nota explicativa: O valor de rendas cifrou-se em 0,6 M€, não se atingindo o objetivo fixado por força de situações de cessação contratual por impulso do inquilino e por incumprimento.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					

ANEXO I

Objetivos 2014

DAP	Ob3: Aumentar a capacidade de resposta, no âmbito da rentabilização do património imobiliário público.				
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento, em percentagem.		Meta: 60% dos processos Tolerância de 10%		
	Resultado				
	Não Atingido	X	Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram analisados 584 processos num universo de 1047, o que traduz um rácio de 55%., não tendo sido atingido o objetivo fixado em virtude do aumento da área de atuação da Divisão cujo impacto era desconhecido e da aposentação de 1 elemento da equipa.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					
DAP	Ob4: Assegurar com fiabilidade e celeridade a informação de gestão prestada a organismos externos de controlo.				
	Indicador: N.º de dias para prestar a informação quando solicitada.		Meta: 4 dias úteis. Tolerância de 1 dia útil.		
	Resultado 2 dias úteis				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: A informação foi prestada no prazo de 4 dias uteis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSGP – Divisão de Aquisições e Gestão de Contratos (DAGC)					
DAGC	Ob1: Contribuir para a rentabilização do património imobiliário público.				
	Indicador: Imóveis disponibilizados para alienação e administração (Banco de Imóveis)			Meta: 20 imóveis. Tolerância de 5 imóveis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram disponibilizados 57 imóveis					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 1					

ANEXO I

Objetivos 2014

DAGC	Ob2: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no âmbito da instalação de serviços públicos.					
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º de processos para tratamento. Em percentagem.			Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10% dos processos.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Foram analisados 739 processos num universo de 1081, o que traduz um rácio de 68%.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAGC	Ob3: Aumentar a capacidade de resposta da Unidade Orgânica no âmbito das aquisições gratuitas.					
	Indicador: Rácio entre o n.º de processos analisados e o n.º processos para tratamento, em percentagem.			Meta: 60% dos processos. Tolerância de 10%		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foram analisados 133 processos num universo de 138, o que traduz um rácio de 96%.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAGC	Ob4: Diminuir o tempo de resposta às solicitações.					
	Indicador: Mediana da diferença entre a data de resposta e a data de entrada em dias úteis das solicitações.			Meta: 30 dias úteis. Tolerância 10 dias úteis [20;40].		
	Resultado 4 dias úteis					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: A mediana atingida foi de 20 dias úteis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSAVP	Ob1: Assegurar a realização atempada de avaliações técnicas de imóveis e de direitos constituídos ou a constituir sobre imóveis no quadro de atuação da DGTF.				
	Indicador: % de Relatórios Técnicos elaborados.			Meta: > 60%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Para um total de 321 pedidos de avaliação foram produzidos ou analisados 217 relatórios vertidos em informação (68%), embora não tenha sido dada resposta a todos os pedidos de avaliação para renovação de arrendamentos conforme o nº 1 do artigo 11º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, por efeito da impossibilidade de contratação externa de avaliadores.					
Ligação ao Objetivo Operacional: Op 5					
DSAVP	Ob2: Realizar e analisar estudos técnicos de conservação, reabilitação e requalificação, levantamentos patrimoniais e de verificação do estado de conservação e do uso de imóveis do património imobiliário público, com elaboração de propostas procedimentais para a execução das intervenções necessárias.				
	Indicador: Prazo de entrega.			Meta: Entre 10 e 20 dias (úteis).	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Todos os relatórios produzidos não ultrapassaram o intervalo de prazo					
Ligação ao Objetivo Operacional:					
DSAVP	Ob3: Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade.				
	Indicador: % de registos de ocupações de imóveis do Estado no SIIE monitorizados e validados - total e por Ministério - tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro de 2012.			Meta: > 50%	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A LOE2014 diferiu para 2014 o processo de liquidação e pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade, tendo a DGTF sido autorizada, durante esse ano, “a liquidar e a cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas devidas pela implementação do princípio da onerosidade relativamente ao ano de 2014, pela aplicação do disposto nos nº 1 e 2 do artigo 4º e no artigo 5º da Portaria nº 278/2012, de 14 de setembro”. Na sequência desta medida orçamental e de posterior comunicação da DGO para a sua efetiva operacionalização, designadamente, a definição dos circuitos de cobrança e pagamento das contrapartidas devidas por parte das entidades, a DGTF, através da DSVAP, procedeu a uma análise dos dados extraídos do SIIE no final do 1º trimestre de 2014, tendo como referência os anteriores apuramentos, da qual resultou uma listagem das ocupações elegíveis para a aplicação do PO, com um total de 956 ocupações.A 11/04/2014, esta listagem foi submetida a apreciação das UGP dos diferentes ministérios, para validação ou eventual retificação de dados no SIIE, procedendo-se a insistência a 13/05/2014. Desta consulta resultou o apuramento de 764 ocupações em condições de serem integradas na listagem final prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro, o que representa 80% das ocupações apuradas, tendo ficado subjacente que a não resposta pelas UGP implicaria que os dados constantes na listagem remetida fossem considerados como validados, o que aconteceu a dois dos doze ministérios. Assim, tendo em conta que a listagem submetida a consulta foi totalmente validada e que 80% do total das ocupações apuradas encontraram-se em condições de serem sujeitas ao princípio da onerosidade, considera-se que o supramencionado objetivo operacional foi superado.					
Ligação ao Objetivo Operacional: Op 6					

DSATP – Divisão de Cadastro e Inventário (DCI)						
DCI	Ob1: Assegurar a monitorização e validação da informação registada no SIIE, para efeitos de aplicação do princípio da onerosidade.					
	Indicador: % de registos de ocupações de imóveis do Estado no SIIE monitorizados e validados - total e por Ministério - tendo por referência o universo apurado em 31 de dezembro de 2012.			Meta: > 50%		
	Resultado: 80%					
	Não Atingido		Atingido		Superado	
					X	
<p>Nota explicativa: A LOE2014 diferiu para 2014 o processo de liquidação e pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade, tendo a DGTF sido autorizada, durante esse ano, “a liquidar e a cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas devidas pela implementação do princípio da onerosidade relativamente ao ano de 2014, pela aplicação do disposto nos nº 1 e 2 do artigo 4º e no artigo 5º da Portaria nº 278/2012, de 14 de setembro”.</p> <p>Na sequência desta medida orçamental e de posterior comunicação da DGO para a sua efetiva operacionalização, designadamente, a definição dos circuitos de cobrança e pagamento das contrapartidas devidas por parte das entidades, a DGTF, através da DSVAP, procedeu a uma análise dos dados extraídos do SIIE no final do 1º trimestre de 2014, tendo como referência os anteriores apuramentos, da qual resultou uma listagem das ocupações elegíveis para a aplicação do PO, com um total de 956 ocupações.</p> <p>A 11/04/2014, esta listagem foi submetida a apreciação das UGP dos diferentes ministérios, para validação ou eventual retificação de dados no SIIE, procedendo-se a insistência a 13/05/2014. Desta consulta resultou o apuramento de 764 ocupações em condições de serem integradas na listagem final prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro, o que representa 80% das ocupações apuradas, tendo ficado subjacente que a não resposta pelas UGP implicaria que os dados constantes na listagem remetida fossem considerados como validados, o que aconteceu a dois dos doze ministérios. Assim, tendo em conta que a listagem submetida a consulta foi totalmente validada e que 80% do total das ocupações apuradas encontraram-se em condições de serem sujeitas ao princípio da onerosidade, considera-se que o supramencionado objetivo operacional foi superado.</p>						
Ligação ao Objetivo Operacional: Op 6						

ANEXO I

Objetivos 2014

DCI	Ob2: Assegurar o acompanhamento e controlo de execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, em particular do eixo da inventariação dos imóveis do Estado.					
	Indicador: N.º de registos de ocupações monitorizados e validados no SIIE.			Meta: > 50% das ocupações inseridas no SIIE.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	
Nota explicativa:						
<p>O SIIE constitui uma plataforma de inventariação em permanente atualização que, em diferentes momentos, foi sujeita a flutuações mais ou menos marcantes do nº de registos de imóveis, contudo, sempre fundamentadas. Durante o ano de 2014, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através da DSVAP, em parceria com a Autoridade para as Condições do Trabalho, implementou um inquérito relativo ao amianto recorrendo para o efeito ao SIIE como principal ferramenta de inventariação dos imóveis ocupados pelos organismos da Administração Central do Estado, com vista ao levantamento de edifícios, instalações e equipamentos públicos com materiais contendo amianto.</p> <p>Este processo permitiu a validação e monitorização da grande maioria dos registos existentes no SIIE (17.899 registos completos),face ao n.º total de registos apurado no final de 2014 (18.748). o que representa uma percentagem de execução de 95%, tendo o processo de validação incidido sobretudo nos dados de ocupação uma vez que o referido inquérito encontra-se disponibilizado neste separador.</p> <p>O mesmo processo permitiu ainda o incremento de cerca de 2000 novos registos completos, efetuados pelo Ministério da Educação e Ciência. Assim, considera-se que o objetivo foi superado.</p>						
Ligação ao Objetivo Operacional:						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSRF	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.				
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado (excetuando as respeitantes à dívida de Angola).		Meta: Receita cobrada entre 4M€ a 8M€		
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 43,7 M€ para a qual contribuíram cobranças não previstas de carácter extraordinário. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 25 M€.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DSRF	Ob2: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.				
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação a dividir pelo n.º de empresas públicas em liquidação em 1-01-2014).			Meta: Número médio de propostas de orientação entre 1,3 a 1,7	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 1,9 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação das empresas ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa, EP, RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA e EMA — Empresa de Meios Aéreos, SA.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2					
DSRF	Ob3: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.				
	Indicador: N.º Processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação da DGTF propondo a anulação).			Meta: 90 a 130 processos concluídos/extintos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Verificada a conclusão de 109 processos, dos quais 23 por pagamento, 30 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 51 por prescrição, 3 por consolidação de créditos e 2 por anulação da dívida.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSRF	Ob4: Diligenciar a recuperação de créditos cedidos ao Estado pelo banco BIC no quadro do processo de privatização do BPN.				
	Indicador: Número de iniciativas realizadas de exercício do direito de crédito (notificações aos devedores, reclamações/habilitação de créditos, promoção de execuções).			Meta: 250 a 300 iniciativas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Assegurada a realização de 534 iniciativas.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSRF – Divisão de Gestão e Recuperação de Créditos (DGRC)						
DGRC	Ob1: Contribuir para a otimização da receita emergente da recuperação de créditos.					
	Indicador: Valor das cobranças registadas na Receita do Estado de 2014 (excetuando as respeitantes à dívida de Angola).			Meta: Receita cobrada entre 4M€ a 8M€		
	Resultado:					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Registada em receita do Estado a quantia de 43,7 M€ para a qual contribuíram cobranças não previstas de carácter extraordinário. Acresce ao valor da receita indicado, a regularização de créditos sobre a República de Angola objeto do contrato de reescalonamento da dívida celebrado em 5-08-2004, no valor de 25 M€						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DGRC	Ob2: Contribuir para a otimização da gestão dos créditos do Estado sob administração da DGTF.					
	Indicador: Número de processos de recuperação de créditos concluídos/extintos (a aferir através da data da confirmação da extinção ou da informação da DGTF propondo a anulação).			Meta: 90 a 130 processos concluídos/extintos.		
	Resultado:					
	Não Atingido	Não Atingido	Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Verificada a conclusão de 109 processos, dos quais 23 por pagamento, 30 por extinção da dívida determinada por decisão judicial ou por extinção do devedor, 51 por prescrição, 3 por consolidação de créditos e 2 por anulação da dívida.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DGRC	Ob3: Diligenciar a recuperação de créditos cedidos ao Estado pelo banco BIC no quadro do processo de privatização do BPN.					
	Indicador: Número de iniciativas realizadas de exercício do direito de crédito (notificações aos devedores, reclamações/habilitação de créditos, promoção de execuções).			Meta: 250 a 300 iniciativas.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Nota explicativa: Assegurada a realização de 533 iniciativas.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

ANEXO I

Objetivos 2014

DGRC	Ob4: Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.				
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; Conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva -1 a 3 valores.			Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 10 valores na avaliação das seguintes informações: DSRF/DGRC/73/2014 – Ponto de situação dos créditos cedidos pelo Banco BIC DSRF/DGRC/160/2014 - Acordo extrajudicial José Manuel Brito Guerreiro - EX/EPACCOM DSRF/DGRC/221/2014- Proposta definitiva do PER de António Cavaco Investimentos SGPS, SA					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSRF – Divisão de Liquidação e Regularizações (DLR)

DLR	Ob1: Diligenciar no sentido da conclusão dos processos de liquidação em curso de entidades do sector empresarial do Estado.				
	Indicador: Número médio de propostas de orientação para encerramento da liquidação de empresas públicas (número de propostas de orientação ÷ número de empresas públicas em liquidação em 1-01-2014).			Meta: Número médio de propostas de orientação entre 1,3 a 1,7.	
	Resultado:				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Registada uma média de propostas de orientação de 1,9 relativamente ao número de entidades em liquidação no início do ano, em resultado das quais foi possível concluir a liquidação das empresas ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa, EP, RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA e EMA — Empresa de Meios Aéreos, SA.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2					

ANEXO I

Objetivos 2014

DLR	Ob2: Assegurar a resposta em tempo útil a questões submetidas à Divisão.					
	Indicador: Prazo médio de resposta (dias) a aferir em função da data de saída do documento da DGTF (Somatório dos dias despendidos na resposta ÷ n.º total de respostas efetuadas).				Meta: Prazo médio de resposta entre 20 a 30 dias.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de resposta de 27 dias						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DLR	Ob3: Garantir a qualidade da informação e pareceres produzidos pela Divisão.					
	Indicador: Acumulação de pontos atribuídos pela avaliação da qualidade de 3 informações/pareceres produzidos (a selecionar aleatoriamente) de acordo com os seguintes critérios: Capacidade de síntese -1 a 3 valores; Nível de linguagem escrita - 1 a 3 valores; conhecimentos técnicos aplicados -1 a 3 valores; Proposta assertiva - 1 a 3 valores.				Meta: Pontuação obtida entre 6 a 10 pontos.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Obtida a pontuação de 10 valores na avaliação das seguintes informações: DSRF/DLR/36/2014 - ENI – Gestão de Planos Sociais, SA, em liquidação, destino do Fundo de Pensões DSRF/DLR/158/2014 - Plano de Liquidação da CostaPolis, SA (em liquidação) DSRF/DGRC/274/2014 - Emissão de DUE com vista à aquisição pelo Estado de créditos da TIRTIFE e do Novo Banco sobre a AveiroPolis e à designação por eleição de novo Liquidatário						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DLR	Ob4: Assegurar tempestivamente o exercício do direito de regresso dos montantes suportados pelo Estado em execução da garantia prestada nos termos do Código das Expropriações.					
	Indicador: Prazo médio de notificação da entidade expropriante, após a data do respetivo depósito.				Meta: Prazo médio entre 4 a 8 dias.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa: Verificado o prazo médio de notificação de 6 dias						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DSJC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF.				
	Indicador: Somatório dos dias úteis despendidos na resposta a solicitações/n.º total de pedidos. Inclui as respostas/pareceres dados através de correio eletrónico.			Meta: Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram efetuadas 608 informações, para além dos pareceres/opiniões que foram assegurados através de email. A complexidade e o número de solicitações bem como a escassez de recursos humanos, não permitem diminuir o tempo de resposta uma vez que aumentaram o número de solicitações com pedido de resposta urgente.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSJC	Ob2: Assegurar o acompanhamento jurídico do processo de liquidação do BPP, SA, em articulação com o Gabinete de Advogados que presta assessoria à DGTF nesta matéria.				
	Indicador: Número de iniciativas/propostas apresentadas.			Meta: Entre 20 a 30 iniciativas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram asseguradas 28 iniciativas entre Informações, emails e ofícios.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
DSJC	Ob3: Prestar apoio jurídico no âmbito da execução da garantia prestada ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 3-B/2010.				
	Indicador: Número de contributos dados através de resposta a emails, elaboração de informações e preparação de ofícios de notificação.			Meta: Entre 80 e 100 contributos.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foram dados 155 contributos no âmbito dos procedimentos de execução da garantia, em articulação com a DSAF, execução essa que envolveu a notificação de cerca de 3700 pessoas (elegíveis e não elegíveis) e pagamento aos beneficiários considerados elegíveis.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DSJC	Ob4: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades).					
	Indicador: Data da apresentação de proposta.			Meta: Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa:						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DSJC	Ob5: Apoiar a gestão interna através da melhoria de procedimentos.					
	Indicador: Grau de implementação (%) de propostas de melhoria de procedimentos [(N.º de propostas de melhoria implementadas / N.º de propostas de melhoria submetidas) *100].			Meta: 80 a 90% de eficácia.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foi garantida a implementação integral (100%) sendo que as propostas associadas à melhoria de procedimentos, em matéria de RH, através do lançamento de novos formulários disponibilizados na intranet, reconhecendo-se como fator de agilização da comunicação interna e de maior harmonização dos processos.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
DAJC	Ob1: Prestar apoio jurídico a todas as unidades orgânicas da DGTF.				
	Indicador: Somatório dos dias úteis despendidos na resposta a solicitações/n.º total de pedidos. Inclui as respostas/pareceres dados através de correio eletrónico.			Meta: Resposta dada no prazo médio de 12 dias úteis.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa: Foram efetuadas 608 informações, para além dos pareceres/opiniões que foram assegurados através de email. A complexidade e o número de solicitações bem como a escassez de recursos humanos, não permitem diminuir o tempo de resposta uma vez que aumentaram o número de solicitações com pedido de resposta urgente.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DAJC	Ob2: Apresentar propostas de instrumentos de gestão no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Plano de Atividades e Relatório de Atividades.					
	Indicador: Data da apresentação de proposta.			Meta: Apresentar proposta entre 6 e 8 dias úteis a contar da receção de todos os contributos das unidades operacionais.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
Nota explicativa:						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DAJC	Ob3: Prestar apoio jurídico no âmbito da execução da garantia prestada ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 3-B/2010.					
	Indicador: Número de contributos dados através de resposta a emails, elaboração de informações e preparação de ofícios de notificação.			Meta: Entre 80 e 100 contributos.		
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Foram dados 155 contributos no âmbito dos procedimentos de execução da garantia, em articulação com a DSAF, execução essa que envolveu a notificação de cerca 3700 pessoas (elegíveis e não elegíveis) e pagamento aos beneficiários considerados elegíveis.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

DGR	Ob1: Contribuir para a melhoria dos procedimentos internos.				
	Indicador: Grau de implementação (%) de propostas de melhoria de procedimentos [(N.º de propostas de melhoria implementadas / N.º de propostas de melhoria submetidas) *100].			Meta: 80 a 90% de eficácia.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: Foi garantida a implementação integral (100%) sendo que as propostas associadas à melhoria de procedimentos, em matéria de RH, através do lançamento de novos formulários disponibilizados na intranet, reconhecendo-se como fator de agilização da comunicação interna e de maior harmonização dos processos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

ANEXO I

Objetivos 2014

DGR	Ob2: Garantir o tratamento e a organização da correspondência.					
	Indicador: Grau (%) de correspondência tratada e organizada [(N.º total de documentos tratados e organizados / N.º total de documentos a tratar) *100].				Meta: 80 a 90% de eficácia.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: Durante o ano de 2014, foram classificados 28.216 documentos, sendo que de um universo de 72.919 páginas a tratar através de classificação e digitalização, foi garantida uma execução de tratamento a 72.636 páginas, correspondente a 99,61%.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DGR	Ob3: Melhorar a capacidade de resposta a solicitações internas na área da microinformática e sistemas de informação.					
	Indicador: Taxa (%) de resposta a pedidos internos em 2 horas / Grau de Satisfação dos Utilizadores internos.				Meta: 80 a 85% de eficácia.	
	Resultado					
	Não Atingido	X	Atingido		Superado	
Nota explicativa: Aplicou-se um questionário que avaliou o grau de Satisfação TIC, expresso em percentagens e tendo como ano de referência 2014. Este questionário foi respondido pelos nossos utilizadores internos. Foram submetidas 4 questões: “qualidade do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos”; “nível de eficácia na resolução dos problemas reportados”; “rapidez do atendimento ao nível da prestação de esclarecimentos” “nível de afabilidade no contacto com o utilizador”, às quais estão associadas, respetivamente, os seguintes resultados: 78,2%, 80,1%, 74,3% e 84,6%. O valor médio percentual foi de 79,3%, não tendo sido alcançado por uma diferença de 0,7 pontos percentuais os 80% definidos como limite inferior da meta fixada.						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						
DGR	Ob4: Contribuir para o processo de planeamento da DGTF.					
	Indicador: N.º de instrumentos de gestão / documentos de gestão elaborados (inclui dados produzidos e reportados para efeitos de gestão).				Meta: [4;5].	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido		Superado	X
Nota explicativa: A DSJC/DGR produziu e submeteu à DGAEP nos prazos legalmente previstos 4 reportes trimestrais associados ao Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), o Relatório de Atividades Formativas 2013 (instrumento de periodicidade anual), o Balanço Social 2013 (instrumento de periodicidade anual), bem como garantiu a consolidação e tratamento dos dados associados à monitorização do QUAR. Considerando, exclusivamente, os instrumentos / documentos identificados, o resultado observado (6) é superior à meta em 1,						
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

ANEXO I

Objetivos 2014

DGR	Ob5: Contribuir para a implementação da política de Igualdade de Género (IG) no MF.					
	Indicador: N.º de participações da DGTF em reuniões e iniciativas promovidas no âmbito da IG pelo GPEARL.				Meta: 100% de eficácia.	
	Resultado					
	Não Atingido		Atingido	X	Superado	
	Nota explicativa: Verificaram-se 3 participações da DGTF em reuniões e iniciativas promovidas no âmbito da IG, 2 promovidas pelo GPEARL (17/04 e 30/07/2014) e outra pela CIG (06/05/2014). Em matéria de iniciativas promovidas no âmbito da IG a DGTF respondeu ao Questionário Autodiagnóstico 2014, como instrumento de monitorização da execução do IV PNIGC e do PI do MF. Esta DG contribuiu para que fosse dado cumprimento à Medida 42 da Área Estratégica 3 do V PNIGC, igualmente prevista no PI do MF 2014 - 2017, pois colaborou na elaboração de um questionário de inquérito anual sobre o cumprimento do regime jurídico do SEE, no que se refere à implementação de PI e à representação de mulheres nos Conselhos de Administração.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):						

Objetivos Unidade Orgânica (Ob)					
GACSE	Ob1: Melhorar a qualidade de prestação de serviços.				
	Indicador: Desvio médio, em número de dias úteis, da apresentação dos relatórios sobre o SEE e concessões (Somatório dos desvios em dias úteis entre as datas de apresentação dos relatórios da área operacional e as datas fixadas no calendário de publicações da DGTF / n.			Meta: Cumprimento a 100% dos prazos estipulados.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 7					

ANEXO I

Objetivos 2014

GACSE	Ob2: Melhorar o nível de acompanhamento e controlo do SEE.				
	Indicador: Reforçar o acompanhamento e o controlo da execução do plano de atividades e orçamento das empresas do universo de atuação do Gabinete conforme objetivos definidos no PAEF, identificando potenciais riscos para o processo de consolidação orçamental e da dívida pública e para a sustentabilidade financeira das empresas.			Meta: Elaboração de pelo menos 1 relatório anual para cada empresa, resultante de ações diretas de controlo realizadas junto das mesmas.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido		Superado
Nota explicativa: A par dos relatórios anuais para cada empresa, foram reportados diversos pontos de situação periódicos.					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável): Op 2					
GACSE	Ob3: Garantir o reporte das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) e concessões.				
	Indicador: Assegurar a publicação de relatórios trimestrais e um anual sobre a situação económica e financeira das empresas SEE, com indicadores de desempenho globais e setoriais e análise de dados. Nº de Relatórios SEE/DGTF publicados (5).			Meta: 5 relatórios por ano.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					
GACSE	Ob4 Assegurar o regular funcionamento societário das empresas do universo de atuação do Gabinete				
	Indicador: Assegurar o regular funcionamento dos órgãos societários de cada empresa, mediante a emissão de propostas e deliberações em tempo útil e a preparação das assembleias gerais ordinárias dentro do limite mínimo estabelecido.			Meta: Assegurar em termos processuais o cumprimento a 100% das datas estabelecidas para a realização de AG ordinárias nas matérias da competência do Gabinete.	
	Resultado				
	Não Atingido		Atingido	X	Superado
Nota explicativa:					
Ligação ao Objetivo Operacional (se aplicável):					

DSPE

No domínio das suas atribuições, em 2014 a DSPE prosseguiu o acompanhamento da gestão das empresas que integram a carteira de participações diretas do Estado, no âmbito do exercício da respetiva função acionista e tutelar. Assim, a DSPE prosseguiu as atividades de (i) gestão da carteira de participações financeiras do Estado; (ii) a definição e divulgação junto das empresas de orientações tendentes à elaboração dos instrumentos previsionais de gestão; (iii) o acompanhamento trimestral dos níveis de execução da atividade e dos correspondentes reflexos ao nível das Demonstrações Financeiras das empresas; (iv) a verificação do cumprimento das medidas legalmente definidas tendentes à promoção de maior eficiência na gestão das empresas e de redução da respetiva dependência financeira do Estado, designadamente, o plano de redução de gastos operacionais, a delimitação do acréscimo do endividamento, o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, o programa “Pagar a tempo e horas”, a aplicação de reduções remuneratórias; (v) a emissão de orientações sobre o processo de prestação anual de contas; (vi) a análise dos Relatórios Anuais de Gestão e Contas das empresas do SEE, ajuizando sobre a sua situação económica e financeira, sobre o cumprimento, quer dos deveres especiais de informação que lhes incumbem, quer das práticas de boa governação societária legalmente definidas, quer das orientações e objetivos de gestão previamente fixados, quer das medidas de contenção orçamental definidas; (vii) a preparação e representação do Estado nas Assembleias Gerais das empresas; (viii) a gestão do processo de nomeação de órgãos sociais das empresas, de fixação da correspondente remuneração nos moldes previstos no Estatuto do Gestor Público, e de autorização de prerrogativas especiais previstas na lei, designadamente acumulação de funções e opção pela remuneração do lugar de origem; (ix) a apreciação de situações pontuais associadas à criação de novas empresas, a alterações estatutárias, à aprovação de investimentos, a aumentos e realizações de capital, à celebração de contratos programa, contratos de prestação de serviço público e contratos de gestão; (x) a gestão e operacionalização do processo de efetivação de subscrições e realizações de aumentos de capital nas empresas, de atribuição de indemnizações compensatórias e de arrecadação de dividendos.

O desenvolvimento das atividades mencionadas consubstancia-se, designadamente, (i) na apreciação de documentação recebida (nomeadamente, R&C anuais, Relatórios de execução orçamental trimestrais, projetos de diploma e de contrato, pedidos específicos das empresas e dos membros de governo responsáveis pela área das finanças); (ii) na elaboração de relatórios de análise técnica com apresentação de propostas de decisão a tomar pelos membros do governo competentes; (iii) na preparação de projetos de despacho sobre diversas matérias a assinar pelos responsáveis pelas tutelas financeira e/ou setorial e financeira; (iv) na elaboração de minutas de Deliberações Sociais Unâнимes por Escrito; (v) na preparação de projetos de RCM e de Portaria; (vii) na elaboração de minutas de contratos de gestão a celebrar com os gestores públicos e de minutas de contratos programa ou de prestação de serviço público a celebrar com o órgão de administração das empresas; (viii) na apreciação de pedidos de atribuição de indemnizações compensatória, (ix) na análise de pedidos de financiamento das empresas a realizar pela via de aumentos de capital; (x) na orçamentação e execução do Orçamento de Estado, quer na vertente da despesa (designadamente, indemnizações compensatórias, passes sociais, realizações de capital social ou estatutário), quer na vertente da receita (arrecadação de dividendos ou remunerações de capital); (xi) na elaboração de pareceres sobre matérias diversas; (xii) no reporte institucional de informação estatística, quer aos gabinetes ministeriais, quer a entidades nacionais, quer a entidades supranacionais.

Com vista a garantir maior eficiência no exercício das suas atribuições, a DSPE promoveu o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) das empresas do SEE, assegurando a sua permanente adequação às necessidades de divulgação pelas empresas de informação relevante para efeitos, quer de conhecimento pelo acionista/tutela da sua situação económica e financeira ao longo de cada exercício, quer de tratamento para efeitos de reporte junto de outras entidades nacionais e supranacionais.

A DSPE prosseguiu o processo de divulgação de informação sobre o SEE (designadamente, carteira de participações, esforço financeiro do Estado, prazos médios de pagamento, Boletins trimestrais e Relatórios anuais) e as empresas que o integram, através do portal da DGTF, em cumprimento do princípio da transparência no domínio da boa governação.

DSAF

Por seu turno, a DSAF pautou a sua atividade pela análise e preparação da concessão de 6 garantias do Estado relativas a entidades nacionais, no montante de 211,7 M€ delas se destacando as garantias concedidas ao Fundo de Contragarantia Mútua, no montante de cerca de 80,7 M€ e à EDA- Electricidade dos Açores, S.A., no montante de 65M€.

Ao nível internacional e no apoio à exportação de bens e serviços de origem portuguesa, assumiram particular importância a gestão das operações de crédito de ajuda, com financiamento de longo prazo, celebradas com Cabo Verde, China, São Tomé e Príncipe, Marrocos e Moçambique, no montante global assumido de 1.750 M€, beneficiando da garantia do Estado e da bonificação de juros, pelo período do respetivo financiamento, cujas utilizações, em 2014, ascenderam a cerca de 93,5M€, a par das garantias de seguro de crédito à exportação e ao investimento cujas responsabilidades assumidas, em 2014, ascenderam a cerca de 64M€ correspondentes a 39 operações comerciais, de médio e longo prazo.

Na vertente de concessão de empréstimos foram autorizados, durante o ano 2014, operações que ascenderam a cerca de 8.851,6 M€, destacando-se os empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução, no montante de 3.900 M€ e à CP – Comboios de Portugal, E.P.E no montante de 2.283M€.

Para além da concessão de garantias e empréstimos do Estado, com exceção das operações de cobertura de seguros, a DSAF assume a gestão das respetivas responsabilidades e créditos, as quais atingiam, a 31 de dezembro de 2014, cerca de 23.451,7 M€ e 20.495M€, respetivamente.

Ao nível da gestão das responsabilidades decorrentes de garantias prestadas releva-se, em 2014, a transferência das garantias dos empréstimos obrigacionistas emitidos pelo Banco Espírito Santo para o Novo Banco, S.A. e respetivas manutenções de garantia, no valor total de 3.500M€.

No âmbito do apoio do Estado, sob a forma de bonificação de taxas de juro de operações de crédito contraídas junto das IC, a DSAF procedeu assegurou a gestão de cerca de 35 Linhas de Crédito, que envolveram, no ano de 2014, o montante de cerca de 76,2 M€, do qual se destaca o crédito à Habitação Própria Permanente (HPP), cuja gestão é efetuada pelo Sistema de Crédito à Habitação e que envolveu uma despesa de cerca de 50% daquele montante.

Com a publicação da Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, relativa ao regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoa com deficiência, assumiu particular relevância os esforços desenvolvidos, junto da ESPAP e da Banca, para permitir a implementação e a operacionalização do SCHD- Sistema de Crédito Bonificado a Deficientes, a partir de 2015, bem como a clarificação das dúvidas suscitadas sobre a aplicação específica do novo regime.

Ainda durante o ano de 2014, e ao abrigo da autorização conferida pelo artigo 81.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, foram desenvolvidas as diligências, designadamente as respetivas notificações, no sentido de assegurar aos titulares do ex-BPP com contas de Retorno Absoluto de Investimento Indireto garantido (RAIIG), que reunissem os critérios de elegibilidade, a recuperação de até € 250 000 por titular de conta das referidas aplicações, num total de até 40 MEUR, conforme Despacho n.º 7711/2014, da Secretária de Estado do Tesouro, de 4 de junho.

Por último, refere-se a participação da DSAF em 12 reuniões internacionais do Conselho da U.E. e da OCDE, nas quais se define as regras do apoio à exportação para países fora do mercado da OCDE.

DSGFO

No âmbito da DSGFO, é de destacar a realização de tarefas conducentes ao aumento de capital estatutário de 24 hospitais EPE com realização em espécie através da entrega de unidades de participação detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Sistema Nacional de Saúde e o subsequente resgate escritural dessas UP para regularização das dívidas dessas entidades perante o Fundo, no montante global de 468,9 M€, bem como a liquidação e extinção do mencionado Fundo.

A sua atividade incidiu ainda na prossecução de ações no âmbito da gestão financeira de outros 5 patrimónios autónomos e acompanhamento da respetiva atividade operacional, bem como do controlo e emissão e circulação de moeda metálica.

No âmbito da coordenação orçamental da despesa são assegurados os trabalhos inerentes à elaboração da proposta de orçamento relativa ao Capítulo 60- Despesas Excecionais, foi efetuado o acompanhamento da execução orçamental e coordenada a prestação de informação frequente para outras entidades, designadamente à Direção-Geral do Orçamento, ao Tribunal de Contas e aos auditores internos e externos das entidades.

No que se refere à cobrança, foi efetuado o acompanhamento e a respetiva contabilização das receitas administradas pela DGTF, na qual se incluem as receitas provenientes da alienação e gestão do património imobiliário do Estado e as comissões de gestão dos patrimónios autónomos.

Finalmente, refira-se que foi elaborada a conta de gerência e apresentados os contributos para a Conta Geral do Estado.

DSGP

Competindo à DGTF a gestão integrada do património imobiliário público, a DSGP desenvolveu, de forma relevante, a prossecução do Programa de Alienação do Património Disponível, tendo a alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos representado o montante de 10,7 M€, sendo de referir que, em 2014, a DSGP manteve a sua representação no Salão Imobiliário de Lisboa, realizando uma hasta pública de venda de imóveis. No que concerne à receita arrecadada proveniente de contratos de arrendamento atingiu-se o valor de cerca 0,6 M€.

A DSGP controlou, ainda, a execução das operações imobiliárias realizadas quer em 2014, quer em anos anteriores, no que concerne à verificação da receita a arrecadar e à correspondente afetação da mesma, em conformidade com o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2015 (LOE/2015). De notar, que o controle das operações imobiliárias abrangeu cerca de 290 imóveis

Na vertente aquisitiva, foram acompanhados cerca de 130 processos judiciais respeitantes a heranças declaradas vagas a favor do Estado, registando-se a aquisição gratuita, por esta via, de 57 imóveis e uma receita de 0,7 M€. A título oneroso, assinala-se a aquisição de 2 imóveis para o Estado, no valor de 6 M€, de 2 imóveis para 2 institutos públicos no valor de cerca de 0,5M€ e de um direito de superfície por outro instituto público no valor de 6,2 M€.

É igualmente de referir que no âmbito da celebração e cessação de contratos de arrendamento para instalação de serviços públicos, a DSGP emitiu cerca de 190 pareceres/autorizações.

Por último, a DSGP participou na análise jurídica de diversos projetos de diplomas legais com impacto na gestão dos imóveis públicos, com destaque para a Lei Orgânica n.º 6 /2015, de 15 de maio, que aprova a Lei das Infraestruturas Militares, e para os contributos apresentados para a elaboração da LOE/2015 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo a coberto da LOE/2015 alterando o disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

DSAVP

No domínio do património imobiliário público, a DSAVP prosseguiu a atividade de acompanhamento e monitorização da execução do PGPI, nos seus diversos eixos de ação. Assim, quanto ao eixo de Inventariação, durante o ano de 2014, a DSAVP assumiu a responsabilidade, com a adesão da Autoridade para as Condições do Trabalho, da conceção e implementação de um inquérito relativo ao amianto, tendo como suporte tecnológico o SIIE, enquanto ferramenta de inventariação dos imóveis ocupados pelos organismos da Administração Central do Estado, com vista ao levantamento de edifícios, instalações e equipamentos públicos com materiais contendo amianto.

Este processo permitiu a validação e monitorização da grande maioria dos registos existentes no SIIE (17.899 registos completos), face ao n.º total de registos apurado no final de 2014 (18.748), tendo o processo de validação incidido sobretudo nos dados de ocupação uma vez que o referido inquérito encontra-se disponibilizado neste separador. O mesmo processo permitiu ainda o incremento de cerca de 2000 novos registos completos, efetuados pelo Ministério da Educação e Ciência.

Um outro vetor essencial do PGPI no qual a DSAVP concentrou a sua atividade em 2014, consistiu na aplicação efetiva do princípio da onerosidade (PO). Com efeito, no seguimento do diferimento operado pela LOE2014 a DGTF foi autorizada, durante esse ano, “a liquidar e a cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas devidas pela implementação do princípio da onerosidade relativamente ao ano de 2014, pela aplicação do disposto nos nº 1 e 2 do artigo 4º e no artigo 5º da Portaria nº 278/2012, de 14 de setembro”.

Assim, na sequência desta medida orçamental e de posterior comunicação da DGO para a sua efetiva operacionalização, designadamente, a definição dos circuitos de cobrança e pagamento das contrapartidas devidas por parte das entidades, a DSAVP procedeu à análise e validação dos dados extraídos do SIIE no final do 1º trimestre de 2014, tendo como referência os anteriores apuramentos, da qual resultou, após as consultas efetuadas às UGP dos diversos ministérios, o apuramento e consolidação final de uma listagem de 764 ocupações em condições de serem integradas na listagem final prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro, as quais perfaziam um total de 788.412 m2 de área bruta ocupada (A. B. O.) o que, aplicando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, para 2014 (valor unitário mensal de 1€/m2), correspondeu a uma compensação mensal global de 788.412 € (setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e doze euros), ou seja, a uma potencial compensação anual global de 9.460.944 € (nove milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e quatro euros).

Subsequentemente à publicação da referida listagem, a DSAVP deu então, em setembro de 2014, início ao processo de liquidação e cobrança das contrapartidas devidas pela aplicação do PO, através do envio para todas as UGP das listagens das ocupações dos serviços e organismos dos respetivos ministérios abrangidas pelo PO, com a indicação das áreas relevantes e dos valores correspondentes, sendo que tais valores deveriam ser comunicados aos serviços e organismos, para efeitos de pagamento a efetuar no prazo de 90 dias após a sua comunicação, através das respetivas Secretarias-Gerais, nos termos do artigo 6.º, n.º 2, da Portaria n.º 278/2012, para conta homebanking da DGTF cujo NIB foi oportunamente comunicado a todas as UGP.

Assim, decorrido o prazo concedido, verificou-se que o pagamento de contrapartidas até 31 de dezembro 2014, fixou-se no montante total de 2.227.434,00 € (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro euros).

Ainda no contexto das atividades desenvolvidas a DSAVP assegurou em 2014 a análise técnica e consequentes propostas de decisão final ou interlocutória ao Conselho Diretivo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial de 26 candidaturas.

No que se refere à função avaliatória prosseguida pela DSAVP foram produzidos ou analisados 217 Relatórios de Avaliação, com correspondentes homologações de valores, mantendo-se o especial enfoque nas avaliações para a instalação de serviços, para as cedências de uso e ocupação com e sem investimento futuro e constituição de direitos de superfície, nestes últimos casos enquanto instrumentos alternativos de rentabilização dos imóveis da esfera pública.

A ação inspetiva e a disponibilização de imóveis determinaram e realização de vários estudos prévios de novas ocupações, de mudanças de uso e de conservação e reabilitação com produção de relatórios técnicos de inventariação de patologias construtivas e propostas de reabilitação.

DSRF

Relativamente à atividade prosseguida pela DSRF no período em análise realça-se, no que concerne à atividade de recuperação de créditos, as diligências promovidas tendentes à cobrança dos créditos transmitidos para o Estado em resultado da cessão de créditos operada no âmbito do acordo quadro celebrado entre o Estado e o Banco BIC, em 9-12-2011. No final de 2014 constavam na carteira de créditos de Estado 106 créditos com esta origem, envolvendo um valor de capital global de cerca de 12 milhões de euros.

A execução da receita resultante da cobrança de créditos atingiu no exercício em apreço um valor significativo, de cerca de 69 milhões de euros, para a qual contribuíram situações não previstas de caráter extraordinário, tais como o desfecho dos processos judiciais tendentes à cobrança dos créditos sobre o BPI (por sucessão do Banco de Fomento Nacional) respeitante à execução de aval do Estado prestado sobre obrigações emitidas pelo Departamento de Fomento do Banco de Angola, à cobrança dos créditos sobre a RAR por taxas devidas ao extinto Fundo de Abastecimento e o respeitante à devolução de fundos comunitários no quadro do QCA II - Subvenção Global de Apoio ao Investimento Autárquico (SGAIA), envolvendo no conjunto, uma receita na ordem dos 27,8 milhões de euros.

O valor das cobranças evidencia ainda o cumprimento do contrato de reescalonamento da dívida de Angola celebrado em 5-08-2004 cuja prestação vencida e paga em 2014 ascendeu a 25 milhões de euros.

Quanto à atividade prosseguida pela DSRF no acompanhamento dos processos de liquidação de empresas que integram o SEE procedeu-se à conclusão, no período em apreço, dos processos de liquidação da ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa, EP, RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA e EMA — Empresa de Meios Aéreos, SA.

Em 2014 foi deliberada a dissolução das sociedades que integram o SEE, EMA — Empresa de Meios Aéreos, S A, SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA e Parque Expo 98, SA.

Em termos de execução orçamental destaca-se a regularização de responsabilidades no valor de 13,25 milhões de euros no quadro da extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, nos termos previstos no art.º 6º do Decreto-Lei nº 167/2014, e a aquisição de créditos sobre a AveiroPolis, no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, com vista a permitir o encerramento da liquidação desta sociedade.

O atraso nos processos de liquidação das sociedades Polis refletiu-se num baixo nível de execução orçamental, relativamente às dotações previstas para a regularização dos passivos destas sociedades o que vem implicando a transferência para os anos subsequentes das despesas estimadas com o desfecho destes processos.

GACSE

Da atividade do GACSE, destaca-se a consolidação da ação de preparação e divulgação de boletins trimestrais de acompanhamento do SEE e o respetivo relatório anual, com a divulgação dentro dos prazos definidos no Calendário de Publicações da DGTF, bem como a disponibilização de elementos com relevância para as entidades internacionais.

A nível interno, realce para a análise e acompanhamento:

- a) dos programas de investimento e respetivas fontes de financiamento das empresas reclassificadas do sector empresarial do Estado, incluindo o endividamento e o nível de esforço financeiro do Estado, identificando potenciais riscos para o processo de consolidação orçamental e da dívida pública e para a sustentabilidade financeira das empresas;
- b) dos processos de concessões do Estado, visando a observância de critérios de rigor financeiro e o aperfeiçoamento dos modelos de análise e controlo das concessões;
- c) da negociação e implementação dos contratos, contratos-programa, acordos ou protocolos, dos quais possa resultar esforço financeiro para o Estado;
- d) dos projetos de reestruturação empresarial ou de criação de novas empresas; e
- e) do regular funcionamento dos órgãos societários de cada empresa, mediante a emissão de propostas e deliberações em tempo útil e a preparação das assembleias gerais ordinárias dentro do limite mínimo estabelecido.

Os contributos e resultados acima explicitados são destacados pelo facto de serem os mais expressivos de entre os inúmeros que foram prestados e alcançados em 2014 pela DGTF, revelando, desta forma, a sua vontade de alcançar a modernização e a obtenção de patamares mais elevados de eficiência, eficácia e qualidade, essencialmente, mediante a disponibilização de instrumentos de gestão adequados.

DSJC

A Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação (DSJC) é integrada pela Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação, à qual compete essencialmente a realização de estudos, a emissão de pareceres e a prestação de informações de natureza jurídica sobre matérias que se inserem nas atribuições da DGTF, e pela Divisão de Gestão de Recursos (DGR), que, entre outras funções, assegura as atividades de suporte ao funcionamento da DGTF, tendo, no entanto, em conta o novo modelo funcional e organizativo do Ministério das Finanças.

Atento o carácter transversal da atividade desta unidade orgânica, a respetiva atividade esteve fortemente condicionada pela atuação e matérias tratadas pelas restantes unidades orgânicas.

Nesta medida, destaca-se a emissão e elaboração de pareceres e informações jurídicas, bem como a análise de projetos de diplomas legais que se prendem com as atribuições da DGTF, empresassem especial sobre o Sector Empresarial do Estado, enquanto que na vertente gestão de recursos, foi assegurada a gestão dos recursos humanos e patrimoniais no cenário que foi evidenciado supra a propósito das atividades da DSGR.

Por outro lado, e durante o ano de 2014, é de destacar o volume de análises efetuadas, sem, no entanto, descurar a respetiva qualidade, tendo sido emitidos cerca de 605 pareceres jurídicos sobre as diversas matérias alvo da atuação da DGTF, parte dos quais sustentaram o cumprimento dos objetivos propostos. De registar, igualmente o acompanhamento dos processos judiciais em que a DGTF é parte, não só através da intervenção direta, como através da preparação dos elementos a remeter ao Ministério Público.

De salientar da atividade da DSJC durante o ano de 2014: i) o acompanhamento efetuado no âmbito do processo de liquidação judicial do ex-Banco Privado Português, SA (ex-BPP), a adoção dos procedimentos conducentes à recuperação do crédito do Estado em colaboração com a DSRF, bem como a colaboração coma a DSAF no âmbito da garantia aos titulares do ex-BPP com contas de Retorno Absoluto de Investimento Indireto garantido (RAIIG); ii) os pareceres emitidos para esclarecimento dos pedidos formulados por empresas que integram o SEE, relativamente às normas do OE/2014 decorrentes do PAEF (v.g. reduções e valorizações remuneratórias); iii) preparação e acompanhamento dos processos de alienação de participações do Estado; iv) análise de pedidos e preparação de despacho no âmbito do Estatuto do Gestor Público, designadamente de acumulação de funções e de opção pela remuneração de origem; v) Preparação de procedimentos para a aquisição de serviços de assessoria jurídica, necessários à prossecução das atividades da DGTF; vi) Preparação de minuta de contratos de gestão a celebrar com gestores públicos; vii) a preparação de projetos de resposta a perguntas formuladas por Deputados da Assembleia da República ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República; viii) A emissão de pareceres relativamente à gestão de imóveis do domínio privado do Estado e ao domínio público do Estado.



Balanço Social 2014

ÍNDICE

Nota Introdutória	3
Situação e Evolução	5
Capítulo 1 - Recursos Humanos	11
CARATERIZAÇÃO DE EFETIVOS.....	11
ESTRUTURA ETÁRIA.....	13
ESTRUTURA DE ANTIGUIDADES	15
ESTRUTURA HABILITACIONAL.....	18
EFETIVOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	21
MOBILIDADE.....	22
MUDANÇA DE SITUAÇÃO DE EFETIVOS SEGUNDO GÉNERO E O GRUPO PROFISSIONAL.....	28
MODALIDADES DE HORÁRIO.....	29
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DIURNO, NOTURNO E EM DIAS DE DESCANSO COMPLEMENTAR E FERIADOS.....	31
AUSÊNCIAS.....	32
GREVES.....	34
Capítulo 2 – Remunerações e Encargos.....	35
Capítulo 3 – Higiene e Segurança.....	41
Capítulo 4 - Formação Profissional	42
Capítulo 5 – Relações Profissionais	46

Nota Introdutória

O Balanço Social¹ corresponde a um instrumento de gestão de recursos humanos, de periodicidade anual com referência a 31 de dezembro do ano anterior.


Os dados produzidos neste documento permitem à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) efetuar uma caracterização baseada em indicadores específicos, estabelecidos de acordo com metodologias padronizadas, de forma a contribuir para uma melhor gestão dos seus efetivos, no que respeita à sua evolução e tendo em vista garantir uma melhoria do clima organizacional, um aumento da eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados, bem como desencadear estratégias conducentes à redução do absentismo.

No presente documento tentamos de forma sintética sistematizar essa análise, sendo que a 31 de dezembro de 2014, encontravam-se em exercício efetivo de funções na DGTF 131 pessoas. Será pois sobre este universo de efetivos que incide o nosso Balanço Social 2014, cuja moldura de apresentação² segue o modelo publicitado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), no respetivo *site* institucional.

Destaca-se com preocupação, a crescente e acentuada redução de efetivos que, a manter-se, comprometerá uma efetiva capacidade de resposta da DGTF no cumprimento da sua missão. Como contraponto, sublinhamos a tendência incremental observada em todos os indicadores de gestão associados a uma evolução positiva do índice de formação e da taxa de tecnicidade dos N. efetivos, registando-se com agrado a tendência de decréscimo que começa a consolidar-se no respeitante a indicadores de gestão associados ao absentismo.

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, 31 de março de 2015.

A Diretora Geral,



Elsa Roncon Santos

¹ Cf. Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro;

² Os quadros dos capítulos 1 a 5 apresentados ao longo do documento encontram-se ordenados de acordo com a numeração dos formulários disponibilizados pela DGAEP, sendo que para os quadros 5, 14.1, 15, 16, 18.3, 20-24, 26 e 32 não existem dados a registar por parte desta Direção-Geral.

Painel de bordo

Efetivos (%)	2012	2013	2014
Taxa de Enquadramento	14,19%	14,94%	17,56%
Taxa de enquadramento feminino	10,97%	11,39%	12,98%
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato	56,13%	60,39%	66,41%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	40,65%	44,16%	48,09%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato)	69,68%	70,78%	77,10%
Taxa de Informática	2,58%	3,25%	3,82%
Estrutura habilitacional (%)	2012	2013	2014
Peso de efetivos com habilitação inferior ao 9.º ano	5,16%	4,55%	5,34%
Peso de efetivos com 9.º ano ou equivalente	7,10%	5,84%	3,82%
Peso de efetivos habilitados com o 11.º, 12.º ano ou equivalente	31,61%	29,22%	24,43%
Peso de efetivos com bacharelato	1,29%	1,30%	0,76%
Peso de efetivos com licenciatura	51,61%	54,55%	59,54%
Peso de efetivos com mestrado	3,23%	4,55%	6,11%
Estrutura etária	2012	2013	2014
Nível etário médio (em anos)	51,61	51,04	50,54
Peso de efetivos com idade dos 25 aos 29 anos (%)	0,00%	1,30%	1,53%
Peso de efetivos com idade dos 30 aos 34 anos (%)	0,00%	2,60%	1,53%
Peso de efetivos com idade dos 35 aos 39 anos (%)	7,74%	4,55%	5,34%
Peso de efetivos com idade dos 40 aos 44 anos (%)	15,48%	15,58%	16,03%
Peso de efetivos com idade dos 45 aos 49 anos (%)	12,90%	16,88%	20,61%
Peso de efetivos com idade dos 50 aos 54 anos (%)	21,94%	19,48%	20,61%
Peso de efetivos com idade dos 55 aos 59 anos (%)	23,23%	22,08%	21,37%
Peso de efetivos com idade dos 60 aos 64 anos (%)	16,77%	16,23%	10,69%
Peso de efetivos com idade dos 65 aos 69 anos (%)	1,94%	1,30%	2,29%
Estrutura de antiguidades	2012	2013	2014
Nível médio de antiguidade (em anos de serviço na função pública)	25,75	24,72	23,73
Peso de efetivos até 5 anos de antiguidade (%)	3,87%	8,44%	7,63%
Peso de efetivos com 5 a 14 anos de antiguidade (%)	11,61%	9,74%	13,74%
Peso de efetivos com 15 a 24 anos de antiguidade (%)	23,23%	25,97%	29,01%
Peso de efetivos com 25 a 34 anos de antiguidade (%)	40,00%	35,06%	32,82%
Peso de efetivos com 35 ou mais anos de antiguidade (%)	21,29%	20,78%	16,79%

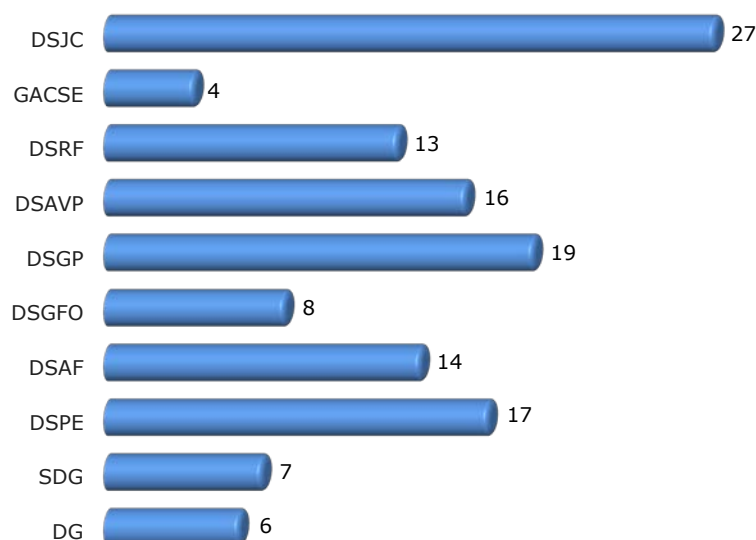
Situação e Evolução

DISTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 desempenhavam funções na DGTF 131 efetivos, com a distribuição evidenciada na seguinte tabela e gráfico 1:

Direção, Subdireções e Unidades Orgânicas Nucleares		N.º Total	%
DG	Gabinete Direção	6	4,6%
SDG	Gabinetes Subdireção	7	5,3%
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado	17	13,0%
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros	14	10,7%
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental	8	6,1%
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial	19	14,5%
DSAVP	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património	16	12,2%
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras	13	9,9%
GACSE	Gabinete de Apoio e Coordenação do Sector Empresarial do Estado	4	3,1%
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação	27	20,6%
TOTAIS		131	100,0%

Gráfico 1 – Distribuição de efetivos, por Direção / Subdireção / Unidade Orgânica Nuclear (%)



A Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação (DSJC), com 27 trabalhadores/as, é a unidade orgânica nuclear que apresenta maior número de efetivos. Esta unidade orgânica com competências de suporte à atividade desta DG, na sequência do Decreto-Lei n.º 156/2012, de

18 de Julho - que aprovou a nova orgânica da DGTF, no âmbito da racionalização das estruturas do Estado - e da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, concentrou duas anteriores Direções de Serviço, o ex-Gabinete de Apoio e Coordenação e a extinta Direção de Serviços de Gestão de Recursos com as respetivas Divisões – Divisão de Recursos Humanos e Financeiros, Divisão de Sistemas de Informação e Divisão de Expediente e Arquivo. Segue-se a Direção de Serviços de Gestão Patrimonial (DSGP), com 19 efetivos, a Direção de Serviços de Participações do Estado (DSPE) com 17 trabalhadores/as e a Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património (DSAVP) com 16 efetivos.

Já as unidades orgânicas nucleares com o menor número de efetivos, são a Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental (DSGFO), com 8 colaboradoras e o Gabinete de Acompanhamento e Coordenação do Sector Empresarial do Estado (GACSE), com 4 colaboradores/as.

De seguida analisaremos a distribuição dos 131 efetivos da DGTF, a 31 de dezembro de 2014, por grupo profissional e por género, cf. tabela seguinte:

Distribuição de efetivos por grupo de pessoal e por género	Valores Absolutos		
	Masculino	Feminino	Total
Dirigente Superior 1.º grau	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	4	8	12
Técnico Superior	24	59	83
Pessoal de Inspeção	1	0	1
Assistente Técnico ³	0	12	12
Assistente Operacional	3	4	7
Pessoal Informático ⁴	3	2	5
TOTAIS	37	94	131

O grupo profissional mais representado na DGTF é o “Técnico Superior”, contabilizando um total de 83 efetivos; este grupo assume um peso de 63,36% no número total de trabalhadores/as desta DG. Segue-se o grupo profissional “Dirigente”, que totaliza 23 efetivos⁵, com uma taxa de

³ O Grupo Profissional “Assistente Técnico/a” inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, uma Coordenadora Técnica;

⁴ O Grupo Profissional “Pessoal Informático” inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 3 Especialistas de Informática e 2 Técnicos de Informática;

⁵ O n.º total de dirigentes inclui, de forma constante ao longo de todo o documento, 4 cargos de direção superior e 19 cargos de direção intermédia, cf. distribuição apresentada em tabela.

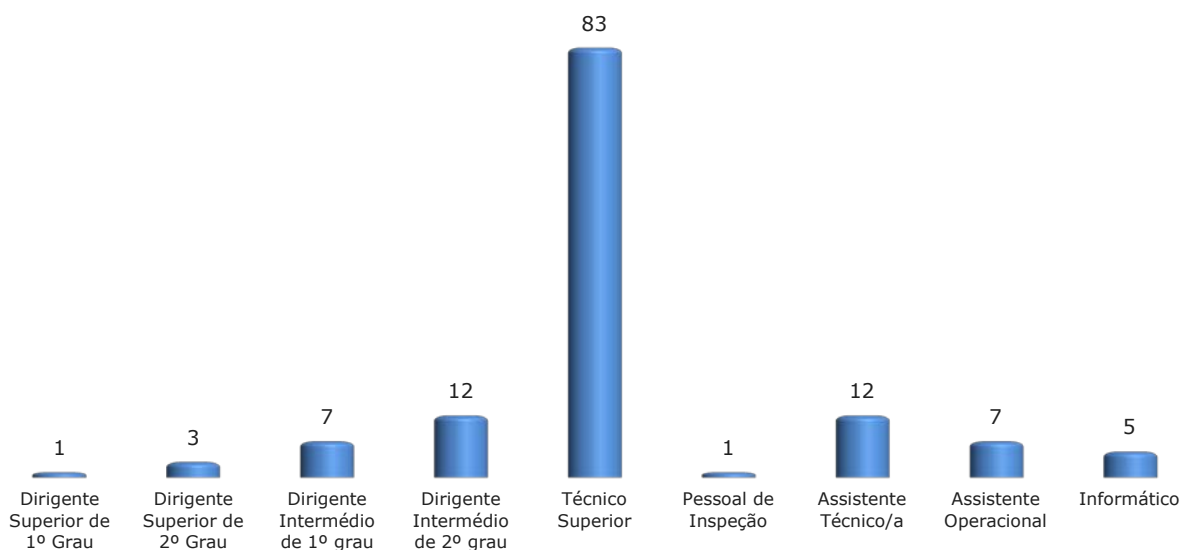
enquadramento⁶ de 17,56%, sucedendo-se o grupo profissional “Assistente Técnico” com uma representatividade na ordem dos 9,16%, sobre o total dos efetivos.

Os grupos profissionais com menor representação são: o “Pessoal de Inspeção” e o “Pessoal Informático”, respetivamente com 1 e 5 efetivos.

É nos grupos profissionais menos representados que encontramos uma maior concentração de recursos humanos do género masculino, por comparação com o feminino.

Nos restantes grupos profissionais, o n.º efetivo de trabalhadoras é sempre superior ao n.º de efetivo de trabalhadores, com exceção dos cargos dirigentes de nível superior, já que verificamos ao nível do órgão máximo de gestão da DGTF uma distribuição 50%-50%, correspondente a mulheres (2) e homens (2).

Gráfico 2 – Distribuição de efetivos por grupo de pessoal



⁶ Taxa de Enquadramento = (n.º pessoal dirigente / n.º total efetivos) * 100

EVOLUÇÃO DE EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL (2012 A 2014)

Grupo de pessoal	2012	2013	2014
Dirigente Superior 1.º grau	1	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	3	3	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	8	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	10	12	12
Técnico/a Superior	102	102	83
Pessoal de Inspeção	1	1	1
Assistente Técnico/a	17	16	12
Assistente Operacional	9	7	7
Pessoal Informático	4	5	5
TOTAIS	155	154	131

Considerando que a 31 de dezembro de 2010, existiam na DGTF um total de 173 efetivos, da comparação observada quanto a este indicador para o triénio 2012-2014, continua a verificar-se uma tendência significativa de decréscimo de efetivos de 2014, instalada desde 2011 (158 efetivos), mantendo-se, minimamente estabilizada nos anos de 2012 (155 efetivos) e de 2013 (154 efetivos). Contudo, em 2014, verifica-se novamente um acentuado decréscimo (131 efetivos a 31/12/2014), justificado com um elevadíssimo número de “Saídas”, maioritariamente associadas a situações de Aposentação.

Em 2014 registaram-se significativas flutuações de efetivos, seja em matéria de “Entradas/Admissões”, seja quanto a “Saídas”. De seguida detalharemos esses movimentos oscilantes:

ENTRADAS/ADMISSÕES

Foram registados diversos movimentos de “Entradas / Admissões”, os quais seguem a seguinte distribuição de acordo com o modo de ocupação por grupo/cargo/carreira:

- Comissão de serviço: 1 dirigente intermédio de 1.º grau (ex-dirigente intermédio de 2.º grau na DGTF) e 2 dirigentes intermédios de 2.º grau (ex-técnicos superiores da DGTF).

- Mobilidade: 4 técnicos/as superiores e 2 assistentes técnicas.
- Outras Situações:
 - Regresso de um técnico superior da DGTF por cessação de Comissão de Serviço noutra entidade, desde 2008;
 - Regresso de 4 técnicos/as superiores, sendo estes movimentos estritamente qualitativos - por implicarem, em simultâneo, movimentos de saída, correspondendo a movimentos destinados a evidenciar ou clarificar situações para efeitos estatísticos -. Incluem-se nesta situação as "Entrada conducente a Saída", 2 Técnicos superiores que consolidaram mobilidade noutros organismos e os restantes relativos a saídas definitivas diretas para aposentação, uma delas após baixa médica superior a 6 meses, outra por não consolidação da situação de mobilidade na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMF);
 - Regresso de 1 Assistente Técnica de Nível Intermédio, correspondente a um movimento qualitativo associado à admissão de uma trabalhadora que se encontrava de baixa médica superior a 6 meses e que se aposentou;
 - Regresso de 1 trabalhador Assistente Operacional, correspondente a um movimento qualitativo associado a situação de mobilidade em outro organismo, tendo durante o ano em análise consolidado a referida mobilidade naquela entidade.

Em 2014, o número total de movimentos de "entradas" na DGTF foram de 16 (dezasseis).

SAÍDAS

Em 2014, registaram-se 39 movimentos de "saída" na DGTF segundo os motivos de seguida explanados, por grupo/cargo/carreira:

Aposentação – 22 trabalhadores/as (1 dirigente intermédio de 1º grau, 1 dirigente intermédio de 2.º grau, 15 técnicos/as superiores, 4 assistentes técnicas, 1 assistente técnica de nível intermédio);

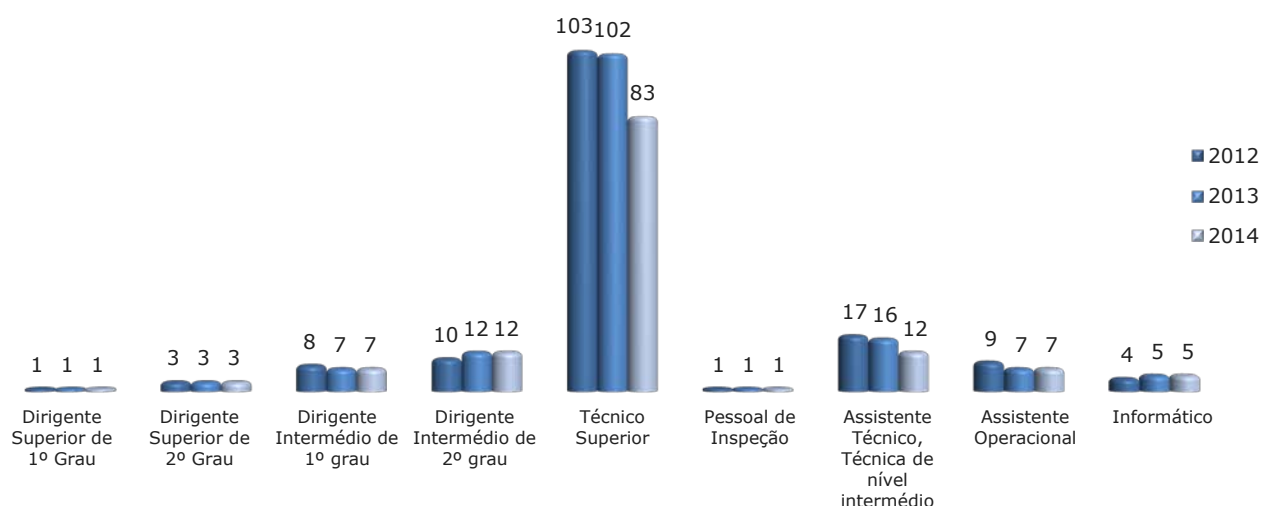
Cessação de Comissão de Serviço – 1 dirigente intermédio de 2º grau;

Mobilidade – 3 técnicos superiores (correspondendo 1 a regresso ao seu organismo de origem e 2 relativo a trabalhadores/as desta Direção-Geral a exercer funções em outros organismos), bem como o retorno de 1 assistente técnica ao seu organismo de origem;

Cedência – regresso de 1 trabalhadora técnica superior ao seu organismo;

Outras situações – enquadram-se neste tópico, os motivos constantes do mapa do quadro 9 do Balanço Social submetido à DGAEP, tendo sido englobados movimentos associados a 9 técnicos/as superiores (3 em comissão de serviço, 2 dos quais na DGTF, 1 saída definitiva por concurso externo, 2 consolidações de mobilidade em outros organismos e 3 correspondentes a baixas médicas superiores a 6 meses, sendo uma destas por acidente de trabalho *in itinere*), 1 técnica de nível intermédio por motivo de baixa médica superior a 6 meses, saída de 1 assistente operacional que consolidou a mobilidade noutro organismo onde se encontrava desde 2013.

Gráfico 3 – Evolução de efetivos (2012-2014)



Procedendo a uma análise mais detalhada da evolução observada entre 2012 e 2014, por grupo de pessoal, podemos afirmar que o grupo profissional com maior representação na DGTF tem sido constante e corresponde ao grupo “Técnico Superior”. Complementarmente, observamos uma redução progressiva de efetivos associados aos grupos profissionais “Técnicos Superior”, “Assistente Técnico” e “Assistente Operacional”, conforme sistematização constante do gráfico 3 acima apresentado.

Capítulo 1 - Recursos Humanos

CARATERIZAÇÃO DE EFETIVOS

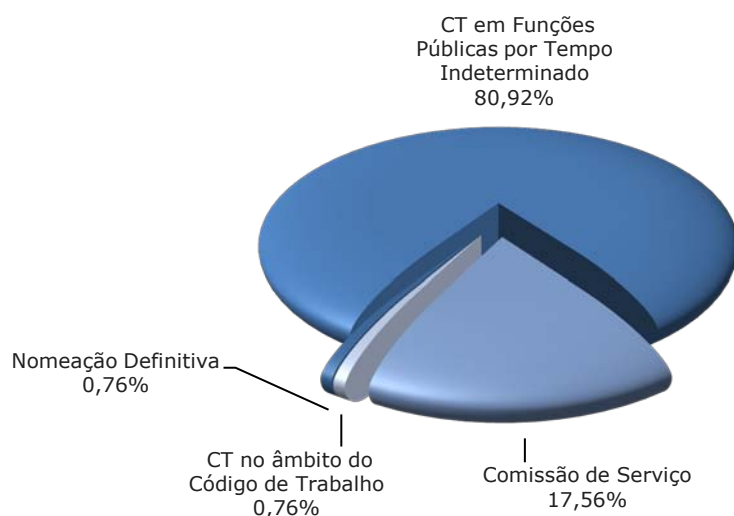
Quadro 1: Contagem de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/Cargo/Carreira	Nomeação Definitiva		CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado		Comissão de Serviço		CT no âmbito do Código do Trabalho		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	1	-	-	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	2	1	-	-	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	7	-	-	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	4	8	-	-	4	8	12
Técnico/a Superior	-	-	24	59	-	-	-	-	24	59	83
Pessoal de Inspeção	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico/a	-	-	-	11	-	-	-	1	0	12	12
Assistente Operacional	-	-	3	4	-	-	-	-	3	4	7
Pessoal Informático	-	-	3	2	-	-	-	-	3	2	5
Total	1	0	30	76	6	17	0	1	37	94	131

Em 31 de dezembro de 2014, desempenhavam funções na DGTF, 131 efetivos, dos quais 106 em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 1 em regime de nomeação definitiva, 1 em cedência de interesse público e 23 em comissão de serviço.

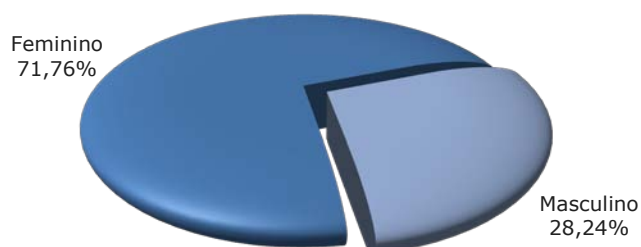
A distribuição percentual de efetivos, por modalidades de vinculação, apresenta a disposição constante do gráfico seguinte.

Gráfico 4 Distribuição de Efetivos por Modalidades de vinculação (%)



Procedendo a uma análise da distribuição de efetivos por género, constata-se que o género que assume uma maior percentagem em relação ao número total de efetivos é o género feminino com 71,76% de representatividade, evidenciado pelo seguinte gráfico:

Gráfico 5 – Distribuição de efetivos por Género (%)



		Indicador	2012	2013	2014
Taxa de feminização =	Efetivos do género feminino		72,26%	71,43%	71,76%
	Total de efetivos				

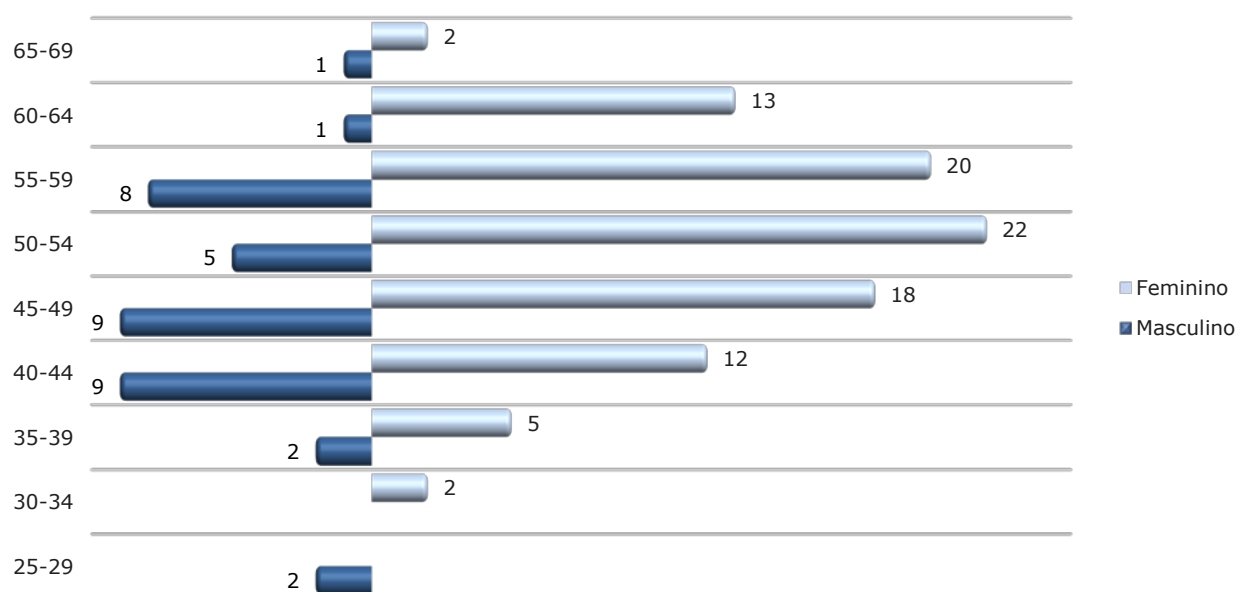
A taxa de feminização é de 71,76%, verificando-se relativamente ao ano 2012, um ligeiríssimo decréscimo de 0,5% e quanto ao ano 2013 um acréscimo mínimo de 0,33%. As flutuações são coerentes com a distribuição de género associada quer às saídas de efetivos por aposentação, quer às admissões ocorridas por recurso a mobilidade.

ESTRUTURA ETÁRIA

Quadro 2: Contagem de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/Cargo/Carreira	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	2	-	-	-	-	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	1	2	2	1	3	1	1	-	-	-	1	-	-	4	8	12
Técnico/a Superior	2	-	-	2	1	4	4	9	6	11	3	17	6	9	1	6	1	1	24	59	83
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico/a	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	7	-	3	-	-	0	12	12
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	2	-	1	3	4	7
Pessoal Informático	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Total	2	0	0	2	2	5	9	12	9	18	5	22	8	20	1	13	1	2	37	94	131

Gráfico 6 – Pirâmide etária de efetivos, segundo o género



Idade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
50,54	52	54	26	68	8,16

A distribuição etária espelhada no quadro 2 e gráfico 6 traduz uma idade média de 50,54 anos, sendo que cerca de 50% do pessoal efetivo apresenta idade igual ou superior a 52 anos (cf. mediana). O leque etário registado apresenta uma amplitude de 42 anos, variando entre 26 e 68 anos de idade, respetivamente, os valores mínimo e máximo, observados.

Em 2014, o escalão etário com maior índice de efetivos continua a manter-se na classe modal 55-59 anos, concentrando-se naquele escalão 21,37% do total das observações. Verifica-se, por comparação a 2013, uma ligeiríssima diminuição na ordem dos 0,71% observada na referida faixa dos 55-59 anos, a qual sustenta-se no número de trabalhadores/as associados/as a “Saídas” da DGTF, por aposentação.

Não obstante o elevado n.º de “Saídas”, observa-se que o n.º de “Admissões/Entradas” de efetivos mais jovens do que a média de idades observada na DGTF é, quanto ao escalão etário, em número insuficiente para que possamos verificar uma inversão da tendência associada à N. taxa de envelhecimento⁷ de efetivos, situada na ordem dos 34,35%.

Consistente com a taxa de envelhecimento observada, é a evolução da média etária, que sofreu ligeiríssimos decréscimos, em termos comparativos, no triénio 2012-2014, conforme quadro infra.

	Indicador	2012	2013	2014
Média etária global=	<u>Soma das idades</u>	51,61	51,04	50,54
	Total de efetivos			

Em 2014, verifica-se que o nível etário, em termos comparativos a 2013 sofreu um decréscimo de 0,5 e relativamente a 2012, um decréscimo de 1,07. Esta diminuição está relacionada com as 22 saídas definitivas por aposentação, maioritariamente situadas no escalão 55-59 anos e em menor n.º reunidas no escalão entre os 60-65 anos de idade.

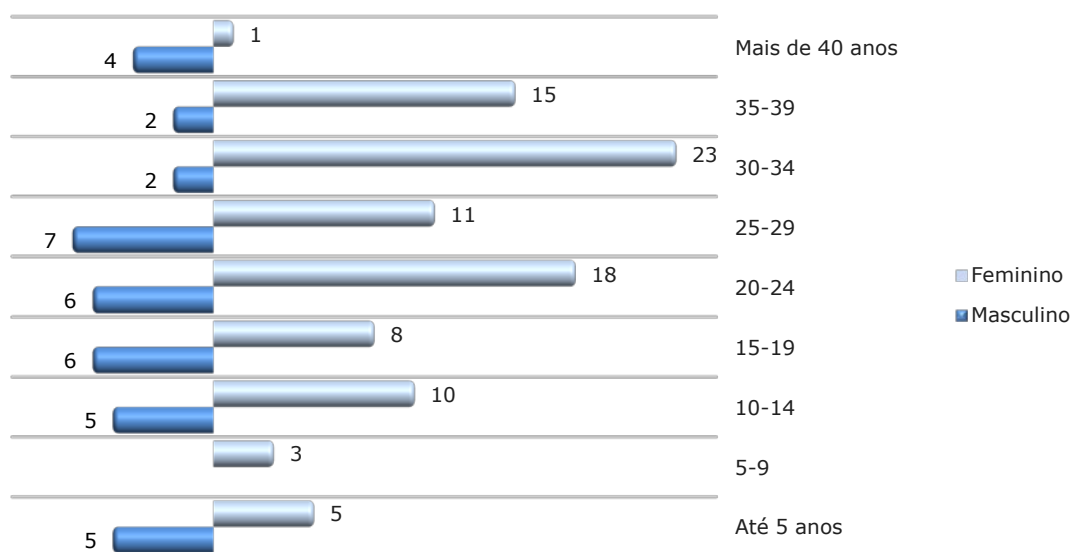
⁷ A taxa de envelhecimento calcula-se com base nos efetivos com idades iguais ou superiores a 55 anos.

ESTRUTURA DE ANTIGUIDADES

Quadro 3: Contagem de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/Cargo/Carreira	Até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	1	-	3	-	-	-	-	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	1	2	1	-	-	1	4	1	1	-	-	-	1	-	-	4	8	12
Técnico/a Superior	4	3	-	2	2	8	2	6	4	10	6	7	1	14	2	8	3	1	24	59	83
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico/a	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	4	-	4	-	-	0	12	12
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	2	1	-	3	4	7
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Total	5	5	0	3	5	10	6	8	6	18	7	11	2	23	2	15	4	1	37	94	131

Gráfico 7 – Pirâmide por antiguidade e género



Antiguidade Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
23,73	24	29	1	43	10,40

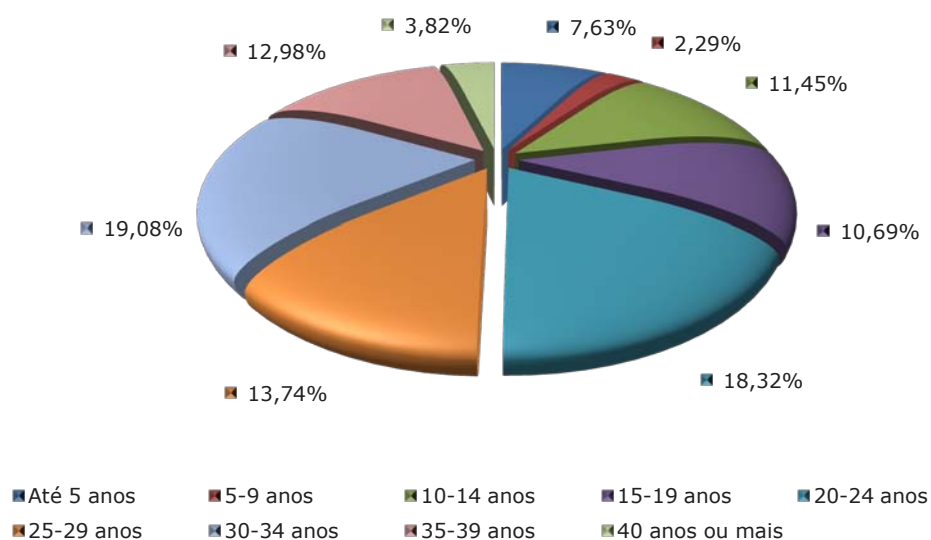
Em 2014, o nível médio de antiguidade⁸ é de 23,73 anos. Em termos de evolução do nível médio de antiguidade, regista-se entre 2013 e 2014, um decréscimo de menos 1,03 anos, face a saídas definitivas predominantemente concentradas no escalão 35-39 anos de antiguidade.

Observa-se que 50% do pessoal efetivo apresenta antiguidade igual ou superior a 24 anos (cf. mediana). Verifica-se ainda que as classes que apresentam maior número de efetivos são as de 20-24, 25-29 e 30-34 anos de antiguidade, respetivamente com a seguinte distribuição: 24 observações (18,32%), 18 observações (13,74%) e 25 observações (19,08%). A classe modal para a antiguidade situa-se entre os 25-29 anos de exercício de funções em organismo público.

Através dos gráficos 7 e 8 constata-se que 35,88% das pessoas registam uma antiguidade igual ou superior a 30 anos e que apenas 9,92% inferior a 10 anos.

⁸ A antiguidade é medida pelo n.º de anos de exercício de funções em organismo público.

Gráfico 8 – Distribuição de efetivos por antiguidade (%)



Evolução do nível médio de antiguidade		
2012	2013	2014
25,75	24,72	23,73

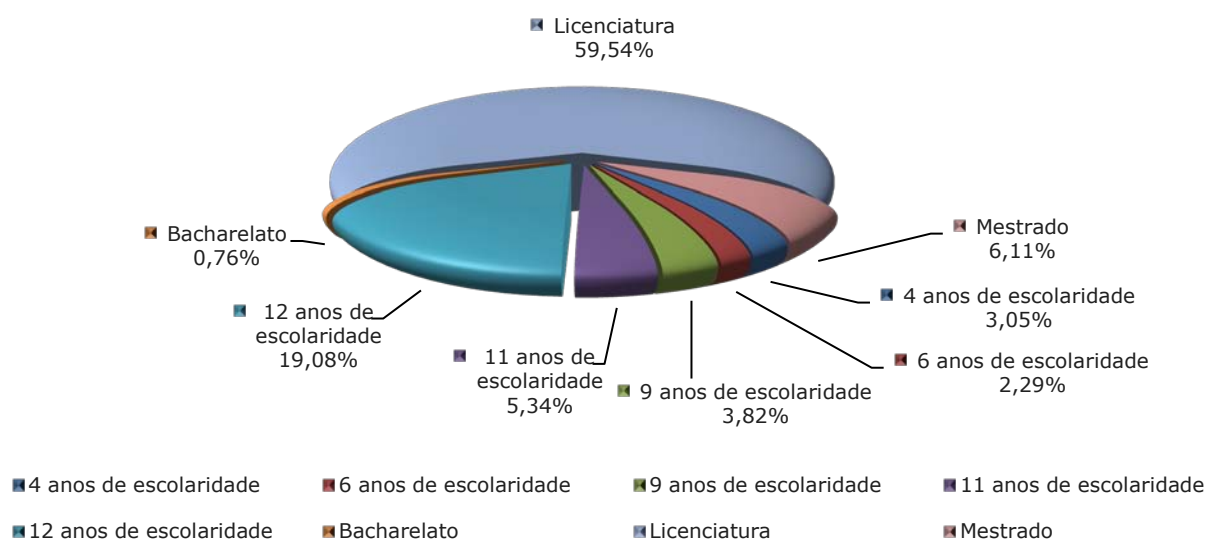
Em termos de evolução do nível médio de antiguidade, regista-se uma diferença do nível médio de antiguidade existente entre 2012 e 2014 igual a 2,02, existindo um decréscimo de 1,03 em 2013 relativamente a 2012, e igualmente, um decréscimo de 0,99 em 2014 face a 2013. Estas variações são motivadas predominantemente por saídas definitivas (aposentações) concentradas no escalão 35-39 anos de antiguidade.

ESTRUTURA HABILITACIONAL

Quadro 4: Contagem de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/Cargo/Carreira	4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9º ano ou equivalente		11º ano ou equivalente		12º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	0	1	1
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	2	1	3
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	1	0	7	7
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7	1	1	4	8	12
Técnico/a Superior	-	-	-	-	-	-	1	3	5	14	-	1	17	37	1	4	24	59	83
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico/a	-	1	-	2	-	2	-	3	-	4	-	-	-	-	-	-	0	12	12
Assistente Operacional	-	3	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	7
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	2	-	-	3	2	5
Total	0	4	0	3	3	2	1	6	7	18	0	1	24	54	2	6	37	94	131

Gráfico 9 – Distribuição de efetivos por nível habilitacional (%)



O grupo habilitacional com maior representatividade (59,54%) é o de efetivos/as com licenciatura, sendo que cerca de 85,50% do pessoal na DGTF tem habilitação igual ou superior ao 12º ano de escolaridade e 14,50% dos efetivos apresenta habilitações inferiores ou iguais a 11 anos de escolaridade.

A licenciatura, correspondente ao grau académico mais frequentemente observado, seguem-se com maiores percentagens observadas os níveis habilitacionais correspondentes a 12 anos de escolaridade e Mestrado representados, respetivamente, por 19,08% e 6,11%.

Gráfico 10 – Distribuição de Licenciaturas por áreas

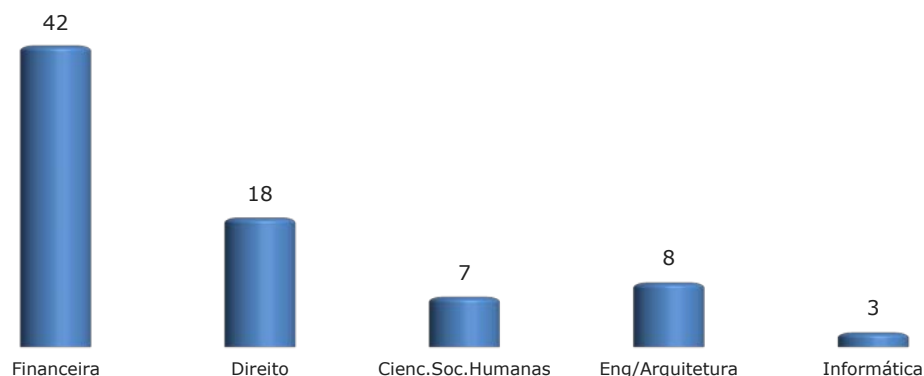
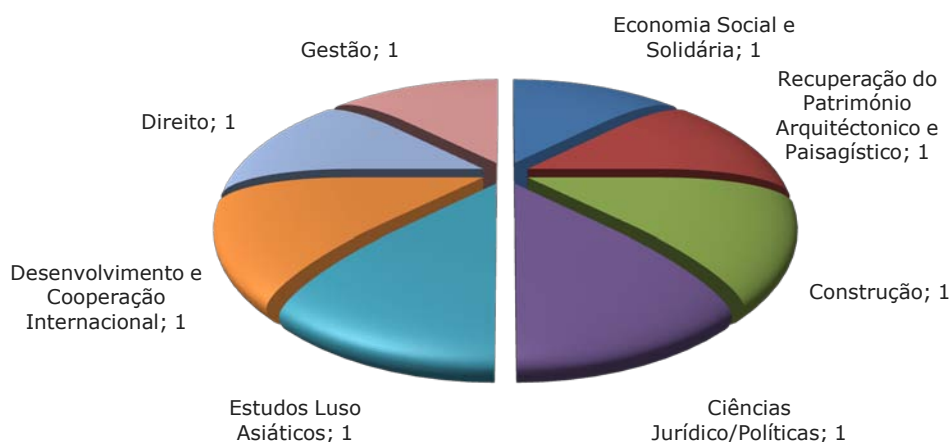


Gráfico 11 – Distribuição de Mestrados



Evolução do índice de formação e taxa de tecnicidade

Indicadores de gestão	2012	2013	2014
Índice de formação de grau igual ou superior ao bacharelato [(mestrado + licenciatura + bacharelato ou curso médio) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	56,13%	60,39%	66,41%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito) [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	40,65%	44,16%	48,09%
Taxa de Tecnicidade (sentido lato) [(pessoal técnico superior + pessoal especialista informática + pessoal técnico informática + pessoal técnico) / efetivos a 31 de dezembro] * 100	69,68%	70,78%	77,10%

Observa-se um claro incremento de todos os indicadores de gestão associados a uma evolução positiva quer do índice de formação, quer da taxa de tecnicidade, sobretudo sustentada pela “Saída” de profissionais não licenciados e, simultaneamente, “Entrada” de colaboradores com qualificação académica de nível superior.

EFETIVOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Quadro 6: Contagem de efetivos portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo escalão etário e género

Grupo/Cargo/Carreira	50-54 anos		60-64 anos		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Técnico/a Superior	-	4	-	-	0	4	4
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Operacional	-	-	-	-	0	0	0
Pessoal Informático	-	-	-	-	0	0	0
Total	0	4	0	0	0	4	4

Do total de 131 efetivos à data de 31/12/2014, observam 4 trabalhadoras com grau de deficiência declarada, as quais representam 3,05% do peso total de efetivos.

MOBILIDADE

Admissões e regressos

Quadro 7: Contagem de efetivos admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

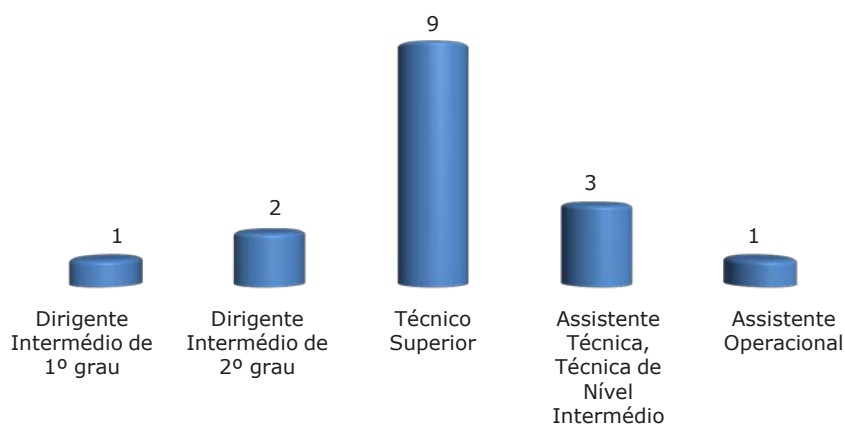
Grupo/Cargo/Carreira/Mo- dos de ocupação do posto de trabalho	Mobilidade		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	1	-	-	-	-	0	1	1
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	2
Técnico/a Superior	1	3	-	-	-	-	2	3	3	6	9
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	2	-	-	-	-	-	1	0	3	3
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0	1
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	1	5	1	2	0	0	3	4	5	11	16

Taxa de Admissão: —

Em 2014, ocorreram 16 movimentos associados a entradas / regressos, situando-se assim, a taxa de admissões em 12,21%.

Verificou-se pois a admissão de 4 técnicos/as superior e 2 assistentes técnicas admitidos/as por recurso ao instrumento “Mobilidade”, 3 admissões de dirigentes por nomeação em “Comissão de Serviço e 7 em “Outras Situações” (cf. retratado no presente documento em “Situação e Evolução” de Efetivos).

Gráfico 12 – Admissões (movimentos entradas / regressos) por grupo de pessoal



Saídas

Quadro 8: Contagem das saídas de efetivos nomeados ou comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, e género, segundo o motivo de saída e género

Grupo/Cargo/Carreira/Modos de ocupação do posto de trabalho	Reforma/Aposentação		Comissão de serviço		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	1	-	-	0	1	1
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	1	-	1	0	2	2
Técnico/a Superior	-	-	-	-	0	0	0
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Operacional	-	-	-	-	0	0	0
Pessoal Informático	-	-	-	-	0	0	0
Total	0	2	0	1	0	3	3

Quadro 9: Contagem das saídas de efetivos contratados, por grupo/cargo/carreira, e género, segundo o motivo de saída e género

Grupo/Cargo/Carreira/Motivos de saída	Reforma/Aposentação		Mobilidade		Cedência		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Técnico/a Superior	6	9	2	1	-	1	3	6	11	17	28
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	5	-	1	-	-	-	1	0	7	7
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0	1
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	6	14	2	2	0	1	4	7	12	24	36

Taxa de saída: —

Em 2014, da análise dos quadros 8 e 9 relativos a movimentos de saída, observam-se 39 movimentos (3 recaindo sobre efetivos em comissão de serviço e 36 relativos a pessoal contratado). Neste cômputo os movimentos de saída encontram-se distribuídos do seguinte modo:

- 22 Saídas definitivas por “Aposentação” (1 dirigente Intermédio de 1º grau, 1 dirigente Intermédio de 2º grau, 15 Técnicos/as Superiores, 1 Técnica de Nível Intermédio, 4 Assistentes Técnicas);
- 1 Saída de uma dirigente intermédia de 2º grau por cessação de “Comissão de Serviço” (cf. quadro 8);
- 1 Saída de uma técnica superior por cessação de acordo de “cedência”;

- Saída de 2 técnicos superiores desta DGTF, em “Mobilidade” noutros organismos;
- Saída de 1 técnico superior por cessação de “Mobilidade” na DGTF;
- 1 Assistente técnica em “Mobilidade” que pediu regresso ao organismo de origem;
- 11 Movimentos de saída de efetivos posicionados em “Outras Situações”, tais como consolidação de mobilidade em outros organismos, por concurso externo, em Comissão de Serviço, por baixa médica superior a 6 meses ou regularização da saída da situação de baixa médica superior a 6 meses por força da saída para situação de aposentação (correspondendo estes movimentos à seguinte distribuição por grupo de pessoal: 9 Técnicos Superiores, 1 Técnica de nível Intermédio, 1 Assistente Operacional cf. retratado anteriormente no presente documento em “Situação e Evolução” de Efetivos).

A taxa de saída em 2014 situou-se nos 29,77%, o que traduz face ao ano 2013 num acréscimo de 16,78%.

A carreira onde se registou um maior número de movimentos de saídas foi a de Técnicos Superiores.

Evolução das admissões e regressos/saídas

	2012	2013	2014
Admissões / regressos	15	19	16
Saídas	18	20	39
Saldo	-3	-1	-23

Em 2014, o número de movimentos “entradas” foi muito inferior ao das saídas, tendência já verificada em 2012 e 2013.

Gráfico 13 – Motivos de saída

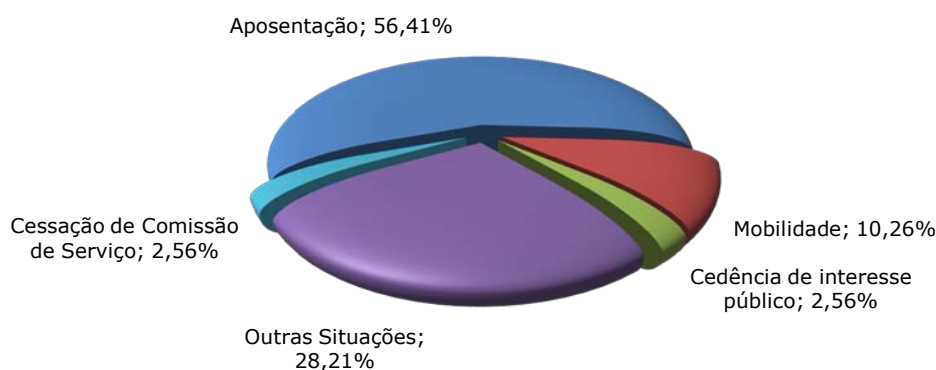


Gráfico 14 – Movimentos “Entrada” 2012 a 2014 (%)

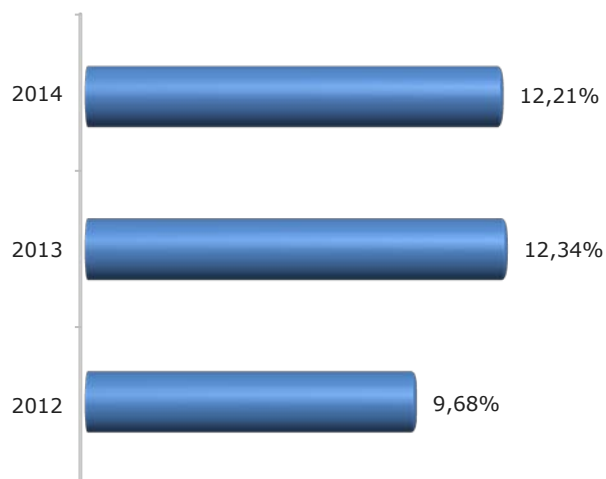
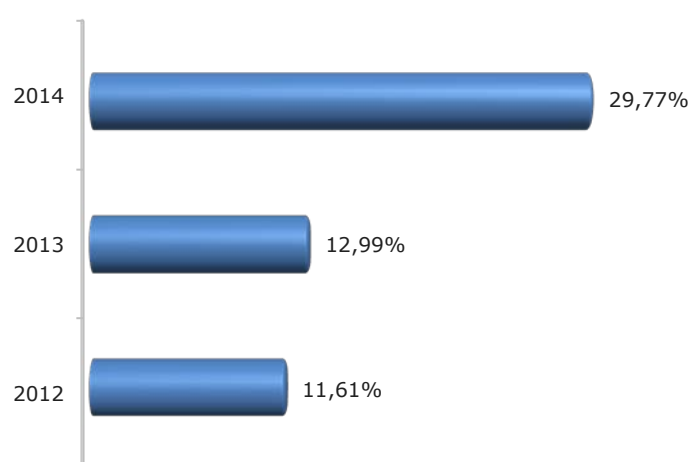


Gráfico 15 – Movimentos “Saída” 2012 a 2014 (%)



O indicador “*Turn Over*” exprime o número de rotação de movimentos de entradas e saídas da organização. Em 2014, na DGTF, este indicador situou-se em 20,99%, com um acréscimo de 8,33% em relação a 2013 e de mais 10,34%, por comparação a 2012. Este incremento decorre do elevadíssimo número de saídas por aposentação.

$Turn\ Over = (N.º\ Movimentos\ de\ Entrada + N.º\ Movimentos\ Saída) : 2/Efetivos\ global \times 100$

Turn Over 2012 = 10,65%; *Turn Over* 2013 = 12,66%; *Turn Over* 2014 = 20,99%

Evolução dos seguintes indicadores:

Indicadores de gestão	2012	2013	2014
Índice de Rotação de Efetivos/as (total de efetivos a 31 Dez/ total de efetivos a 1 Jan. + n.º de admissões e regressos + n.º de saídas)	0,812	0,794	0,627
Taxa de Admissões e Regressos (total N.º de admissões e regressos / total de efetivos a 31 Dez)	9,68%	12,34%	12,21%
Taxa de Saída (N.º de saídas /total de efetivos a 31 Dez)	11,61%	12,99%	29,77%
Taxa de Redimensionamento (total de efetivos a 31 Dez. - total de efetivos a 1 Jan. / total de efetivos a 31 Dez. x 100)	-1,94%	-0,65%	-17,56%
Taxa de Reposição (N.º de admissões e regressos / n.º de saídas x 100)	83,33%	95%	41,03%

POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS DURANTE O ANO

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/Cargo/Carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento Concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	2	-	-	-	2
Dirigente Intermédio 2.º grau		-	-	-	0
Técnico/a Superior	27	-	-	-	27
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	0
Assistente Técnico/a	5	-	-	-	5
Assistente Operacional	-	-	-	-	0
Pessoal Informático	-	-	-	-	0
Total	34	0	0	0	34

Dos 165 postos previstos ficaram por ocupar, em 31 de dezembro de 2014, 34 postos, i.e., 20,61%.

MUDANÇA DE SITUAÇÃO DE EFETIVOS SEGUNDO GÉNERO E O GRUPO PROFISSIONAL

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação de efetivos, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/Cargo/Carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posiciona/ remuneratório		Alteração do posiciona/ remuneratório por opção gestionária		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Técnico/a Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1

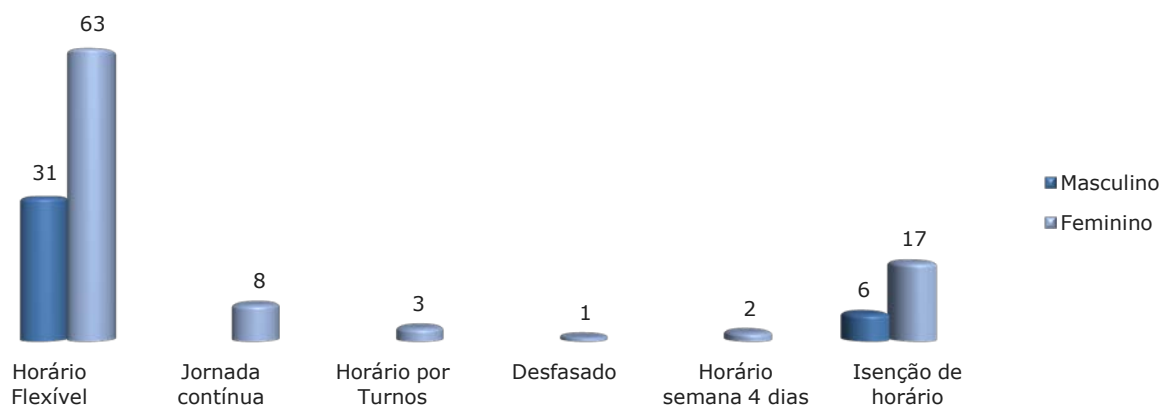
No ano de 2014, observa-se uma mudança de situação associado a uma trabalhadora técnica superior cuja consolidação da mobilidade na categoria foi autorizada. Este caso representa 0,76% do número total de efetivos.

MODALIDADES DE HORÁRIO

Quadro 12: Contagem de efetivos, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Grupo/Cargo/Carreira	Flexível		Desfasado		Jornada Contínua		Trabalho por Turno		Tempo Parcial-Semana 4 dias		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1º Grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1
Dirigente Superior de 2º Grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0	7	7
Dirigente Intermédio de 2º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8	4	8	12
Técnico Superior	24	48	-	1	-	8	-	-	-	2	-	-	24	59	83
Inspetor de Finanças	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico	-	9	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	0	12	12
Assistente Operacional	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	7
Informático	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Total	31	63	0	1	0	8	0	3	0	2	6	17	37	94	131

Gráfico 16 – Modalidades de horário por Género



Cumprem horário flexível 71,76% dos efetivos/as. Já 17,56% têm isenção de horário e 6,11% praticam horário de jornada contínua. Observa-se uma percentagem de efetivos igual a 0,76% que pratica horário desfasado.

Quadro 13: Contagem de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Grupo/Cargo/Carreira	Tempo completo		PNT inferior ao praticado a tempo completo						Total		Total
			Horário por Turnos		Jornada Contínua		Semana de 4 dias (D.L 325/99)				
	40 horas		35 horas		35 horas		32 horas				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1º Grau	-	1	-	-	-	-	-	-	0	1	1
Dirigente Superior de 2º Grau	2	1	-	-	-	-	-	-	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1º grau	-	7	-	-	-	-	-	-	0	7	7
Dirigente Intermédio de 2º grau	4	8	-	-	-	-	-	-	4	8	12
Técnico Superior	24	49	-	-	-	8	-	2	24	59	83
Inspetor de Finanças	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
Assistente Técnico	-	9	-	3	-	-	-	-	0	12	12
Assistente Operacional	3	4	-	-	-	-	-	-	3	4	7
Informático	3	2	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Total	37	81	0	3	0	8	0	2	37	94	131

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DIURNO, NOTURNO E EM DIAS DE DESCANSO COMPLEMENTAR E FERIADOS

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação de trabalho e género

Grupo/Cargo/Carreira/Mo- dalidade de prestação de trabalho extraordinário	Trabalho Extraordinário diurno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Técnico/a Superior	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Assistente Técnico/a	-	593:59	-	-	-	-	00:00	593:59	593:59
Assistente Operacional	1786:19	745:16	-	-	-	-	1786:19	745:16	2531:35
Pessoal Informático	-	-	-	-	-	-	00:00	00:00	00:00
Total	1786:19	1339:15	00:00	00:00	00:00	00:00	1786:19	1339:15	3125:34

Em 2014, foram prestadas um total de 3125:34 horas de trabalho suplementar, registando-se um decréscimo de 653:49 horas relativamente ao ano 2013, no alinhamento das orientações governamentalmente preconizadas de contenção vigentes na Administração Pública.

A modalidade de prestação de trabalho suplementar diurno foi a modalidade praticada em 2014 (3125:34), tendo sido realizado maioritariamente por assistentes operacionais executando apoio e suporte operacional que inclui o exercício de funções de motorista.

O total de encargos aplicado com trabalho suplementar, executado em 2014, foi 16.810,36€.

AUSÊNCIAS

Quadro 15: Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/Cargo/ Carreira/ Motivo de ausência	Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Assistência a familiares		Trabalhador- estudante		Por conta do período de férias		Greve		Outros		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0	5
Dirigente Intermédio 1.º grau	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	0	6	6
Dirigente Intermédio 2.º grau	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	14	-	-	-	-	4	18	22
Técnico/a Superior	-	96	15	6	57	748	-	-	-	42	27	114	-	-	2	24	101	1030	1131
Pessoal de Inspeção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Assistente Técnico/a	-	-	-	8	-	195	-	8	-	-	-	28	-	-	-	1	0	240	240
Assistente Operacional	-	-	-	4	-	115	-	18	-	-	-	13	-	-	-	3	0	153	153
Pessoal Informático	6	-	-	-	-	9	-	-	-	-	10	6	-	-	-	-	16	15	31
Total	6	96	15	21	62	1071	0	26	0	42	41	178	0	0	2	28	126	1462	1588

Gráfico 17 – Ausências ao trabalho (em dias) por Grupo de pessoal e Género

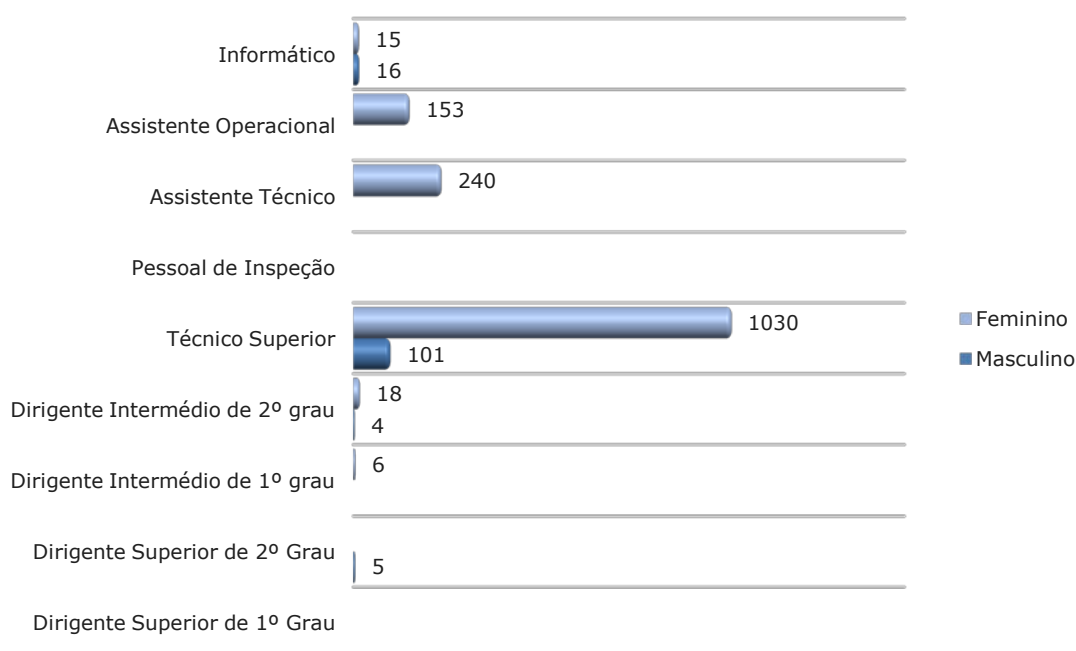
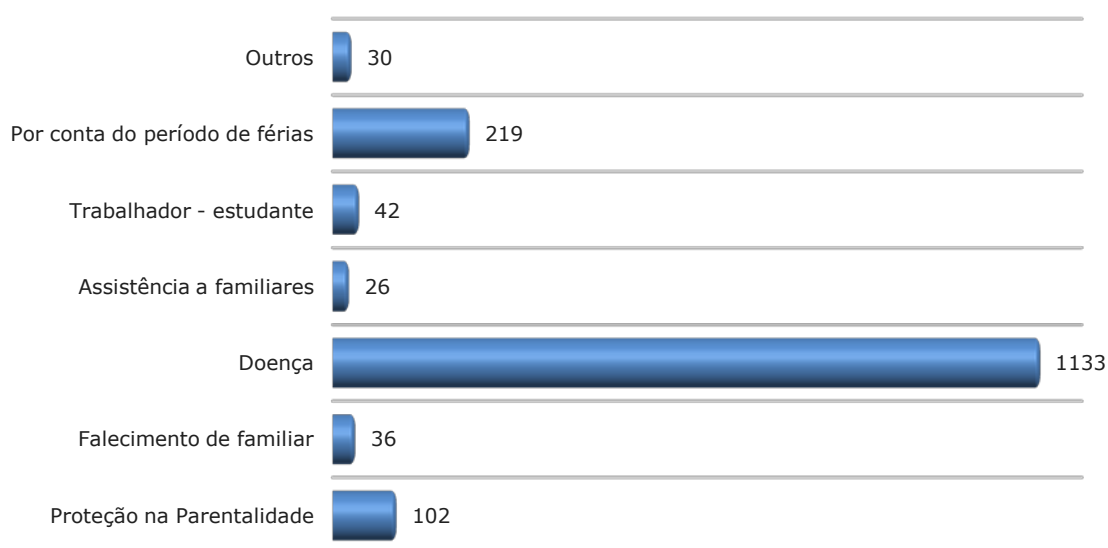


Gráfico 18 – Motivo de ausências ao trabalho (em dias)



Em 2014, o total de ausências ao trabalho foi de 1.588 dias.

Sobre este indicador, os valores que assumem maior expressão resultam de ausências por doença (71,35%), verificando-se por comparação com o ano de 2013 e para o mesmo motivo um decréscimo de 24,37%.

Já as ausências por parentalidade apresentam em 2014 e sobre o total das “ausências” um peso percentual correspondente a 6,42%. Este motivo assume um acréscimo de 24,51% relativamente ao ano anterior.

Absentismo

Indicadores	2012	2013	2014
Taxa de absentismo [n.º de ausências para efeitos de absentismo / (n.º anual de dias trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de dezembro)] * 100	8,62%	5,55%	4,83%
N.º médio de dias de absentismo n.º de ausências para efeitos de absentismo / (n.º de efetivos a 31 de dezembro)	22	14	12

Comparando os valores observados, entre 2012 e 2014, observa-se uma tendência de decréscimo no respeitante aos indicadores de gestão associados ao absentismo.

GREVES

Em 2014, não foram registadas ausências por motivo de greve.

Capítulo 2 – Remunerações e Encargos

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

Remunerações mensais ilíquidas⁹

Género/ Escala de remunerações	Masculino	Feminino	Total
até 500€	-	-	0
501-1000 €	3	12	15
1001-1250€	4	8	12
1251-1500 €	2	13	15
1501-1750 €	5	18	23
1751-2000 €	4	7	11
2001-2250 €	6	11	17
2251-2500 €	1	6	7
2501-2750 €	2	-	2
2751-3000 €	7	7	14
3001-3250 €	1	3	4
3251-3500 €	-	7	7
3501-3750 €	-	-	0
3751-4000 €	2	1	3
4001-4250 €	-	-	0
4251-4500 €	-	-	0
4501-4750 €	-	1	1
4751-5000 €	-	-	0
5001-5250 €	-	-	0
5251-5500 €	-	-	0
5501-5750 €	-	-	0
5751-6000€	-	-	0
Mais de 6000€	-	-	0
Total	37	94	131

Remuneração (€)	Masculino	Feminino
Mínima (€)	600,74 €	683,13 €
Máxima (€)	3.757,76 €	4.512,09 €

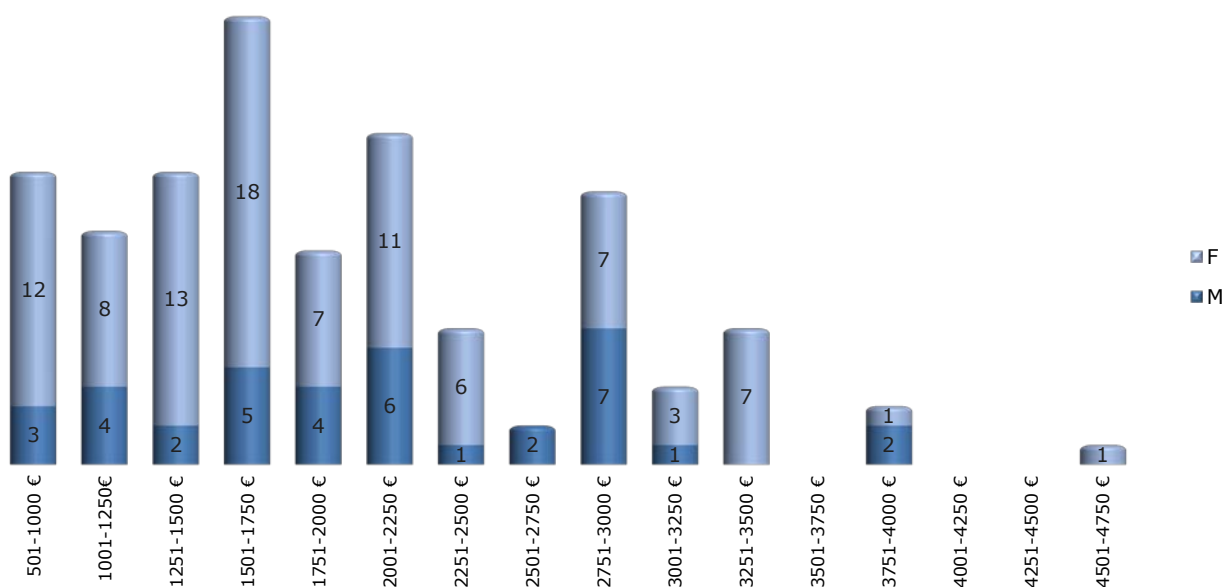
Leque salarial ilíquido =	>Remuneração base ilíquida	4.512,09 €	=	7,5
	<Remuneração base ilíquida	600,74 €		

⁹ Considera-se remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

O Quadro 17 reflete as remunerações mensais base ilíquidas e incluem os suplementos regulares auferidas no mês de dezembro, verificando-se que 17,56% e 12,98% do pessoal trabalhador situa-se respetivamente nos escalões remuneratórios "1501-1750€" e "2001-2250€".

A remuneração mensal máxima é auferida por recurso feminino, com cargo dirigente superior de 1.º grau, e corresponde a 4.512,09€, já o recurso que auferir remuneração mensal mais baixa é do género masculino, pertence ao grupo "Assistente Operacional" e equivale a 600,74€.

Gráfico 19 – Estrutura remuneratória por Género



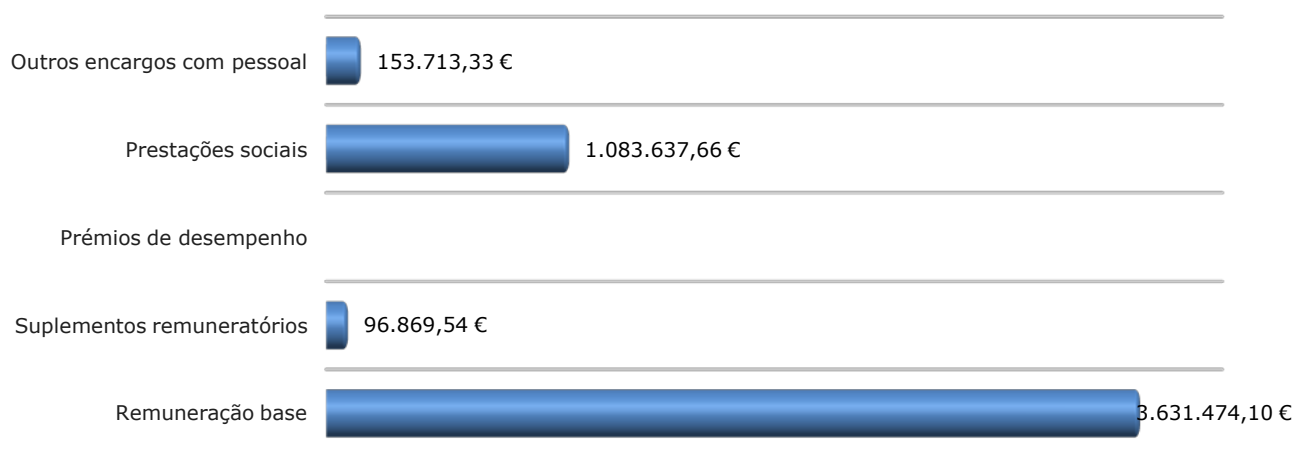
Em 2014, não se verificaram alterações nos montantes das remunerações ilíquidas auferidas pelos N. efetivos, sendo que os valores refletidos no Balanço Social de 2013 incluem, indevidamente, a dedução da Contribuição Extraordinária de Solidariedade aos montante das remunerações ilíquidas.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com Pessoal	Valor (Euros)
Remunerações base	3.631.474,10 €
Suplementos Remuneratórios – Quadro 18.1	96.869,54 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais – Quadro 18.2	1.083.637,66 €
Outros Encargos com Pessoal	153.713,33 €
Total	4.965.694,60 €

Do total dos encargos com pessoal, 73,13% referem-se ao pagamento de remunerações base, 1,95% a suplementos remuneratórios, 21,82% correspondem a encargos da entidade empregadora pública associados a prestações sociais e 3,1% a outros encargos com pessoal (designadamente, no respeitante a casos de transição para a situação de Aposentação, auferindo indemnizações por férias não gozadas e as devidas compensações por caducidade dos respetivos contratos).

Gráfico 20 – Encargos com pessoal (€)



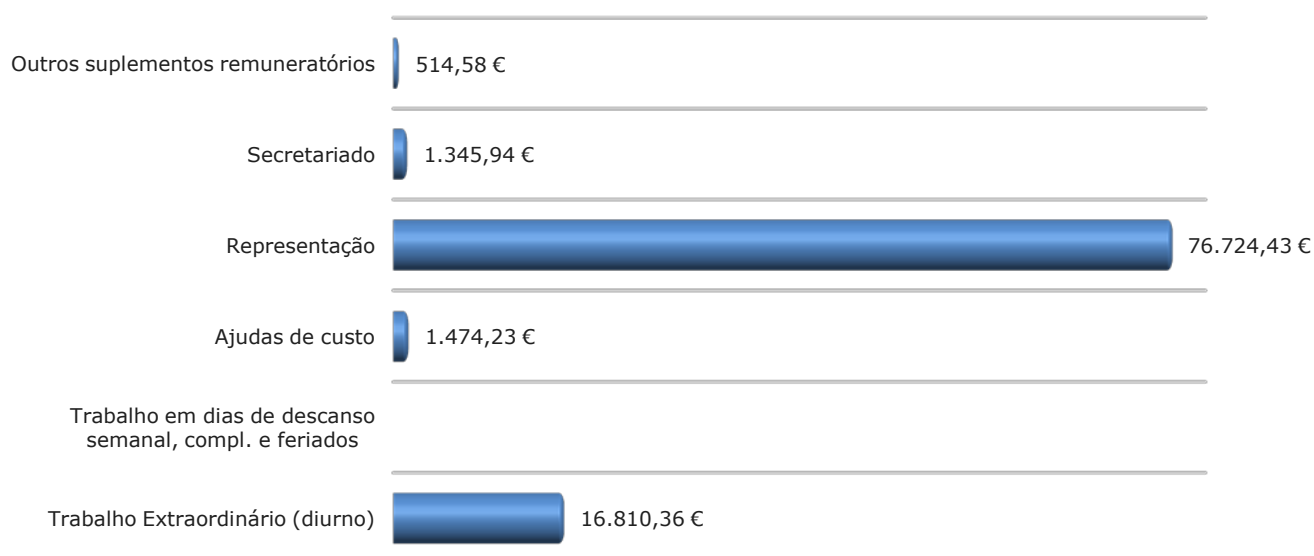
Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho Extraordinário (diurno e noturno)	16.810,36 €
Trabalho em dias de descanso semanal, compl. e feriados	0,00 €
Ajudas de custo	1.474,23 €
Representação	76.724,43 €
Secretariado	1.345,94 €
Outros suplementos remuneratórios	514,58 €
Total	96.869,54 €

Os encargos com suplementos remuneratórios de 96.869,54€ correspondem a 1,95% dos custos com pessoal, sendo distribuídos do seguinte modo:

- Trabalho extraordinário (diurno) 17,35%
- Ajudas de custo 1,52%
- Representação 79,20%
- Secretariado 1,39%
- Outros suplementos remuneratórios 0,53%

Gráfico 21 – Suplementos remuneratórios (€)



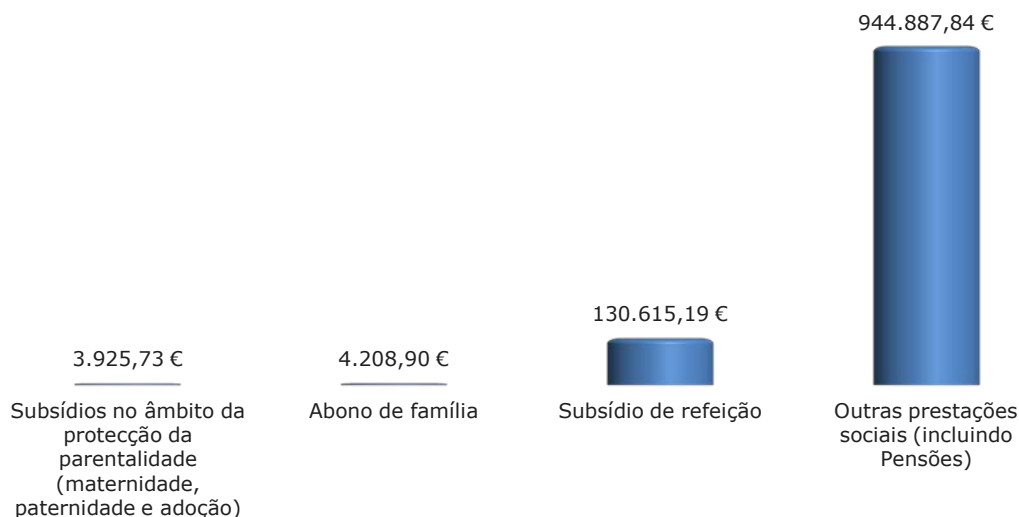
Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Encargos com prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)	3.925,73 €
Abono de família	4.208,90 €
Subsídio de refeição	130.615,19 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	944.887,84 €
Total	1.083.637,66 €

O encargo global com prestações sociais de 1.083.637,66 €, corresponde a 21,82% do total dos custos com pessoal, verificando-se que os encargos com prestações sociais distribuem-se do seguinte modo:

- Subsídio no âmbito da parentalidade 0,36%
- Abono de família 0,39%
- Subsídio de refeição 12,05%
- Outras prestações sociais (incluindo Pensões) 87,20%

Gráfico 22 – Encargos com prestações sociais (€)



Indicadores de gestão	2012	2013	2014
% Remuneração Base face aos Encargos com Pessoal (total de remunerações base / encargos com pessoal x 100)	79,92%	77,59%	73,13%
Média da Remuneração Base Anual (total de remunerações base / Média do n.º de efetivos x 100)	22.833,78 €	26.078,20 €	25.484,03 €
% Custo Trabalho Suplementar face aos encargos com Pessoal (custo com trabalho extraord. + custo com trab. normal noturno + custo com trab. em Dia de Descanso Sem., Compl. e Feriados / encargos com pessoal x 100)	0,55%	0,42%	0,34%
Custo Médio Anual por Trabalhador (encargos com pessoal / Média do n.º de efetivos)	28.570,32 €	33.609,42 €	34.846,98 €

Capítulo 3 – Higiene e Segurança

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de Trabalho		No local de trabalho					In itinere				
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias	Total	Inferior a 1 dia (sem dar baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-
	F	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Nº total de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-
	F	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-
	F	11	-	-	11	-	220	-	-	-	220
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-
	F	0	-	-	-	-	0	-	-	-	-

Em 2014, ocorreram dois acidentes de trabalho sofrido por duas trabalhadoras, sendo um *in itinere*, com baixa superior a 30 dias (220 dias) e outro no local de trabalho que implicou uma baixa de 11 dias.

Quadro 25: Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho Ações de formação	Número
Ações realizadas durante o ano	3
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	31

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e Saúde no Trabalho Custos	Valor (Euros)
Formação em prevenção de riscos	1.723,00 €

Capítulo 4 - Formação Profissional

Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipos de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	100	-	-	-	100
Externas	56	1	-	1	58
Total	156	1	0	1	158

O número total de ações de formação internas e externas frequentadas por efetivos da DGTF em 2014, foi igual a 41 ações, das quais 8 internas e 33 externas, espelhando-se no quadro 28, o número de participações e participantes.

Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/N.º de participações e de participantes	Ações Internas	Ações Externas	Total	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participantes
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	0	0
Dirigente Superior 2.º grau	-	1	1	1
Dirigente Intermédio 1.º grau	3	7	10	4
Dirigente Intermédio 2.º grau	8	6	14	7
Técnico/a Superior	78	41	119	63
Pessoal de Inspeção	2	-	2	1
Assistente Técnico/a	6	1	7	5
Assistente Operacional	2	-	2	2
Pessoal Informático	1	2	3	2
Total	100	58	158	85

Taxa de participação em formação	Total de participantes em formação	=	85	=	64,89%
	Total de efetivos		131		

Em 2014, o número de participações em ações de formação foi de 158, das quais 100 corresponderam a participações em ações internas e 58 em ações externas. A taxa de participação em formação foi de 64,89%.

Os efetivos pertencentes à carreira “técnico superior” apresentam o maior número de participações em ações de formação num total de 119 profissionais.

Quadro 29: Contagem das horas aplicadas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

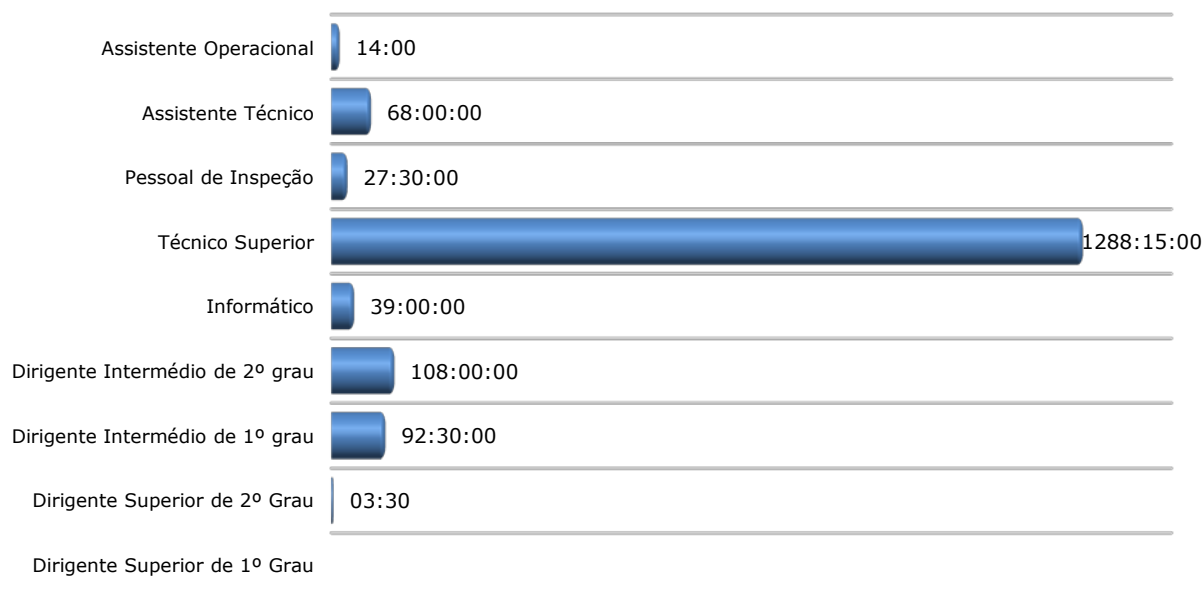
Grupo/Cargo/Carreira	Horas investidas em ações internas	Horas investidas em ações externas	Total de horas investidas em ações de formação
Dirigente Superior 1.º grau	-	-	0:00
Dirigente Superior 2.º grau	-	3:30	0:00
Dirigente Intermédio 1.º grau	27:00	65:30	92:30
Dirigente Intermédio 2.º grau	74:30	33:30	108:00
Técnico/a Superior	811:00	477:15	1288:15
Pessoal de Inspeção	27:30	-	27:30
Assistente Técnico/a	38:00	30:00	68:00
Assistente Operacional	14:00	-	14:00
Pessoal Informático	7:00	32:00	39:00
TOTAL	999:00	642:15	1641:15

As 41 ações de formação encontram-se desdobradas em 8 ações internas que totalizam 999:00 horas, sendo que as 33 ações externas realizadas perfizeram um total de 642:15 horas. O investimento formativo expresso em horas, perfaz um total igual a 1641:15.

O número de participantes nas ações de formação foi de 85 profissionais. 32 em ações externas e 53 em ações internas, o que representa um grau de oportunidade¹⁰ de 59,65%.

O grupo dos técnicos superiores foi o grupo profissional que recebeu um maior investimento em horas de formação, tendo sido executadas um total de 1288:15 horas.

Gráfico 23 – Distribuição do n.º horas de formação executadas por grupo/cargo/carreira



Quadro 30: Despesas anuais com Formação

Formação Profissional	Valor (€)
Ações Internas	13.053,76 €
Despesas com Ações Externas	9.643,22 €
Total	22.696,98 €

O investimento financeiro aplicado durante o ano de 2014 em formação foi igual a 22.696,98€.

¹⁰ O grau de oportunidade é calculado pelo *ratio* = (nº de participantes/ média do n.º efetivos) * 100, sendo que o efetivo médio corresponde ao somatório de n.º efetivos DGTF a 01.01.2014, com o n.º de efetivos DGTF a 31.12.2014, sobre 2.

Indicadores	2012	2013	2014
Taxa de participação em ações de formação (N.º de participantes/ média do n.º de efetivos x100)	59,42%	35,60%	59,65%
Taxa de participação em ações de formação interna (N.º de participantes em ações internas/ média do n.º de efetivos x100)	28,75%	16,83%	37,19%
Taxa de participação em ações de formação externa (N.º de participantes em ações externas/ média do n.º de efetivos x100)	30,67%	11,65%	22,46%
% Custos com formação face aos Encargos com Pessoal (total de custos com formação profissional / n.º de horas trabalháveis x n.º de efetivos a 31 de Dez. x 100)	7,00%	2,00%	9,00%

Capítulo 5 – Relações Profissionais

Quadro 31: Relações Profissionais

Relações Profissionais	Total
Trabalhadores sindicalizados	8
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalho	0

A 31 de dezembro de 2014, na DGTF, observa-se uma taxa de sindicalização igual a 6,11%.

ACRONÍMIA

DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DSAF	Direção de Serviços de Apoios Financeiros
DSAVP	Direção de Serviços de Avaliações e Valorização do Património
DSGFO	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental
DSGP	Direção de Serviços de Gestão Patrimonial
DSPE	Direção de Serviços de Participações do Estado
DSRF	Direção de Serviços de Regularizações Financeiras
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e Coordenação
GACSE	Gabinete de Apoio e Coordenação do Sector Empresarial do Estado
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GOP	Grandes Opções do Plano
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
MF	Ministério das Finanças
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento 2011-2014
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SCI	Sistema de Controlo Interno
SIIE	Sistema de Inventário de Imóveis do Estado
SIGE	Sistema de Informação Geográfica dos Imóveis do Estado
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial